

PROMEP
Mestrado Profissional
em Estudos Culturais
Memória e Patrimônio

Câmpus
Cora Coralina



**Universidade
Estadual de Goiás**



**ESTADO
DE GOIÁS**

PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS CULTURAIS, MEMÓRIA E PATRIMÔNIO MESTRADO PROFISSIONAL

AGUIMAR MOREIRA CARVALHO

ESTRATÉGIAS DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO-CULTURAL DO ESTADO DE GOIÁS PRESENTES NO MEMORIAL BERNARDO SAYÃO EM CERES

**GOIÁS
2024**

AGUIMAR MOREIRA CARVALHO

**ESTRATÉGIAS DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO-CULTURAL
DO ESTADO DE GOIÁS PRESENTE NO MEMORIAL BERNARDO SAYÃO EM
CERES**

Relatório técnico para apresentação à banca do Programa de Pós-Graduação em Estudos Culturais, Memória e Patrimônio, Mestrado Profissional, da Universidade Estadual de Goiás - Campus Cora Coralina (PROMEP/UEG), como requisito para a obtenção do título de Mestre em História. Orientador (a): Prof. Dr. Raul Amaro de Oliveira Lanari.

**GOIÁS
2024**

TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA PUBLICAÇÃO DE TESES E DISSERTAÇÕES NA BIBLIOTECA DIGITAL (BDTD)

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Estadual de Goiás a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UEG), regulamentada pela Resolução, CsA nº 1.087/2019 sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei nº 9.610/1998, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data¹. Estando ciente que o conteúdo disponibilizado é de inteira responsabilidade do(a) autor(a).

Dados do autor (a)

Nome completo: AGUIMAR MOREIRA CARVALHO

Email: MOREIRACARVALHOAGUIMAR@GMAIL.COM

Dados do trabalho

Título: ESTRATÉGIAS DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO-CULTURAL DO ESTADO DE GOIÁS PRESENTE NO MEMORIAL BERNARDO SAYÃO EM CERES

Tipo:

Tese Dissertação

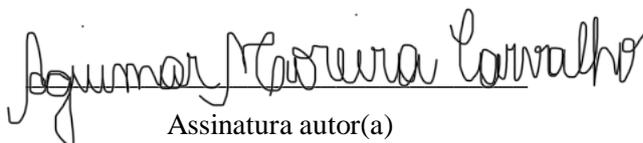
Curso/Programa: PROGRAMA DE MESTRADO PROFISSIONAL EM ESTUDOS CULTURAIS, MEMÓRIA E PATRIMÔNIO (PROMEP)

Concorda com a liberação documento

SIM NÃO

¹Período de embargo é de até um ano a partir da data de defesa.

CIDADE DE GOIÁS, 03 de FEVEREIRO de 2025.



Assinatura autor(a)

Documento assinado digitalmente
gov.br RAUL AMARO DE OLIVEIRA LANARI
Data: 04/02/2025 08:00:37-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Assinatura do orientador(a)

CATALOGAÇÃO NA FONTE

Biblioteca Frei Simão Dorvi – UEG Câmpus Cora Coralina

C331e	<p>Carvalho, Aguimar Moreira.</p> <p>Estratégias de preservação do patrimônio histórico-cultural do Estado de Goiás presentes no Memorial Bernardo Sayão em Ceres [manuscrito] / Aguimar Moreira Carvalho. – Goiás, GO, 2024. 69 f. ; il.</p> <p>Orientador: Prof. Dr. Raul Amaro de Oliveira Lanari. Relatório Técnico (Mestrado em Estudos Culturais, Memória e Patrimônio) – Câmpus Cora Coralina, Universidade Estadual de Goiás, 2024.</p> <p>1. Patrimônio cultural. 1.1. Preservação. 1.2. História. 1.3. Museu. I. Título. II. Universidade Estadual de Goiás, Câmpus Cora Coralina.</p> <p>CDU: 069.42(817.1)</p>
-------	--

Bibliotecária responsável: Marília Linhares Dias – CRB 1/2971

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
(Criada pela lei nº 13.456 de Abril de 1999, publicada no DOE-GO de 20 de Abril de 1999)
Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação
Coordenação de Pós-Graduação Stricto Sensu
UEG CÂMPUS CORA CORALINA
Av. Dr. Deusdeth Ferreira de Moura Centro - GOIÁS CEP: 76600000
Telefones: (62)3936-2161 / 3371-4971 Fax: (62) 3936-2160 CNPJ: 01.112.580/0001-71

ATA DE EXAME DE DEFESA 13/2024

Ao vigésimo nono dia do mês de novembro de dois mil e vinte e quatro, às quinze horas e trinta minutos, realizou-se na Universidade Estadual de Goiás - Câmpus Cora Coralina, a sessão pública de Defesa do Relatório Técnico intitulado “ESTRATÉGIAS DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO-CULTURAL DO ESTADO DE GOIÁS PRESENTES NO MEMORIAL BERNARDO SAYÃO EM CERES/GO” e do produto: “Cartilha e Documentário sobre o Memorial Bernardo Sayão” da mestranda **Aguimar Moreira Carvalho**. A banca examinadora foi composta pelos seguintes professores doutores: Raul Amaro de Oliveira Lanari – Presidente – (PROMEP/UEG), Renato Fonseca de Arruda (UNEMAT), Janete Rego Silva (PROMEP/UEG). Os membros da banca fizeram suas observações e sugestões, as quais deverão ser consideradas pela mestranda e seu orientador. Em seguida, a banca examinadora reuniu-se para proceder a avaliação do exame de defesa. Reaberta a sessão, o presidente da banca examinadora, Dr. Raul Amaro de Oliveira Lanari, proclamou que o Relatório Técnico e o produto encontram-se **aprovados** (x) ou **não aprovados** () com as seguintes exigências (se houver):

Documento assinado digitalmente

 RAUL AMARO DE OLIVEIRA LANARI
Data: 03/06/2025 18:09:39-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Raul Amaro de Oliveira Lanari (PROMEP - UEG)

Documento assinado digitalmente

 RENATO FONSECA DE ARRUDA
Data: 04/06/2025 18:54:12-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Renato Fonseca de Arruda (UNEMAT)

Documento assinado digitalmente

 JANETE REGO SILVA
Data: 04/06/2025 08:47:19-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Profª. Dra. Janete Rego Silva (PROMEP/UEG)

Cumpridas as formalidades de pauta, às dezessete horas e trinta minutos a presidência da mesa encerrou esta sessão do Exame de Defesa e lavrou a presente ata que, após lida e aprovada, será assinada pelos membros da banca examinadora em duas vias de igual teor.

Documento assinado digitalmente

 MARIA DAILZA DA CONCEICAO FAGUNDES
Data: 14/08/2025 11:39:40-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Goiás-GO, 27/11/2024.

Profª Drª Maria Dailza da Conceição Fagundes (Coordenadora)

“A cultura de um povo é seu maior patrimônio. Preservá-la é resgatar a história, perpetuar valores, é permitir que as novas gerações não vivam sob as trevas do anonimato” (Nildo Lage).

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - Bernardo Sayão (à direita) acompanhando os trabalhos na CANG	16
FIGURA 2 - Cidade de Ceres em sua criação	17
FIGURA 3 - Rodoviária de Ceres no ano de 1955	17
FIGURA 4 - Ponte de Tambor entre Ceres (à esquerda) e Rialma	18
FIGURA 5 - Primeira ponte de concreto entre Ceres e Rialma	19
FIGURA 6 - Praça da Rodoviária de Ceres	19
FIGURA 7 - Prédio antigo do Colégio Imaculada Conceição em Ceres	20
FIGURA 8 - Ceres em seus primórdios às margens do Rio das Almas	21
FIGURA 9 - Bernardo Sayão em suas diferentes facetas	48

SUMÁRIO

RESUMO	9
INTRODUÇÃO	10
1 O BEM CULTURAL ESTUDADO: DISCUSSÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA	12
1.1 De colônia a cidade: caminhos de fundação de Ceres e questões políticas	12
1.2 Bernardo Sayão e a elaboração do (s) herói (s).....	21
2 OS RESULTADOS ALCANÇADOS (ACERCA DO BEM CULTURAL PESQUISADO)	37
2.1 A constituição do herói como estratégia de integração da sociedade brasileira.....	38
2.2 Repetições e rememorações: Bernardo Sayão como síntese do heroísmo nacional	45
3 PROPOSTA DE PRODUTO	53
3.1 Formato definido do produto	54
3.2 Público alvo do produto.....	56
3.3 O impacto esperado	57
4 PROPOSTA DE APLICAÇÃO NO ESPAÇO DO MEMORIAL BERNARDO SAYÃO	58
4.1 Manual: instruções de uso dos produtos e proposta de aplicação	58
4.2 Proposta de aplicação na comunidade participante	58
4.3 Devolutiva para a comunidade.....	59
CONSIDERAÇÕES FINAIS	60
REFERÊNCIAS	61
ANEXO - Imagens do acervo do Memorial Bernardo Sayão em Ceres-GO	66

RESUMO

A história de um povo tem muitas facetas e se delinea com o passar do tempo e na apropriação do espaço, estabelecendo tradições culturais que são edificadas e transmitidas ao longo dos séculos. Tem-se o interesse em buscar estratégias de preservação para as peças presentes no Memorial, os quais possam contribuir com a exposição a todos do acervo, rico e disponível. Assim, acredita-se que a forma mais eficaz de valorizar e preservar o patrimônio histórico e cultural é proporcionar à população o conhecimento sobre seu significado para as presentes e futuras gerações. Os produtos desta pesquisa advêm de uma intervenção de gestão e educação em parte do acervo que compõe o Memorial Bernardo Sayão: Uma cartilha sobre o Memorial Bernardo Sayão; Organização de exposição temporária no Memorial Bernardo Sayão para os visitantes. A ideia de uma exposição temporária colaborativa visa não apenas entender o memorial como o responsável por oferecer um produto.

Palavras-chave: Patrimônio, Museu, Preservação, História, Cultura.

ABSTRACT

The history of a people has many facets and is shaped by the passing of time and the appropriation of space, establishing cultural traditions that are constructed and transmitted over the centuries. There is interest in seeking preservation strategies for the pieces present at the Memorial, which can contribute to the exhibition of the rich and available collection to all. Thus, it is believed that the most effective way to value and preserve historical and cultural heritage is to bring to the population knowledge about its significance for present and future generations. The products of this research come from a management and education intervention in part of the collection that makes up the Bernardo Sayão Memorial: A booklet about the Bernardo Sayão Memorial; Organization of a temporary exhibition at the Bernardo Sayão Memorial for visitors. The idea of a collaborative temporary exhibition aims not only to understand the memorial, but also to be responsible for offering a product.

Keywords: *Heritage, Museum, Preservation, History, Culture.*

INTRODUÇÃO

A história de um povo tem muitas facetas e se delinea com o passar do tempo e na apropriação do espaço, estabelecendo tradições culturais que são edificadas e transmitidas ao longo dos séculos. Considerando estas tradições, a sociedade formulou meios de guardar e preservar suas origens através da legalização de documentos o que se constitui em leis do patrimônio histórico. No Brasil esses documentos são constituídos por leis, decretos e cartas de patrimônio (ABREU; CHAGAS, 2013).

Assim, a pesquisa tem como finalidade apresentar o tema deste estudo “Estratégias de preservação do patrimônio histórico-cultural do Estado de Goiás presentes no Memorial Bernardo Sayão em Ceres”. O memorial Bernardo Sayão é um acervo de peças do tempo da Colônia Agrícola Nacional de Goiás, hoje denominada cidade de Ceres – GO. O memorial foi criado pelo Sr. José Ferreira da Silva (Zé Buriti) a fim de resgatar a memória da época da CANG.

Sabe-se que o patrimônio cultural está presente em todos os lugares e eventos, como nas ruas, casas, dança, música, arte, bens, museus, conquistas, representações do povo, comunidade, cultos religiosos e outras formas. No entanto, muitas, pessoas não dão valor e muito menos possuem conhecimento da importância do patrimônio cultural. Destaca-se que existe até órgão específico para tratar desse assunto o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) o qual é responsável pela preservação do Patrimônio Cultural Brasileiro. E do mesmo modo é responsável por proteger e promover o patrimônio cultural do País, garantindo sua continuidade e para que as gerações presentes e futuras possam usufruir. Entretanto sua preservação também depende dos estados e municípios.

Assim, este estudo possui como principal aspecto a relevância da preservação do patrimônio histórico-cultural, que pode ser ameaçado pela negligência dos atores da sociedade, que devem fornecer as ferramentas para a compreensão dos contextos sociais, culturais e históricos dos esforços de preservação desta parte da história e dos fatores políticos e econômicos relacionados em possíveis cenários de intervenção.

A preservação da memória e história de um povo está relacionada à preservação do seu patrimônio cultural. Mesmo preservando as características fundamentais da propriedade privada, cada vez mais se torna impossível deixar de reconhecer que a propriedade mesmo de natureza privada tem função social e referenciais históricos e culturais de um povo é uma das formas de reconhecimento desta função social (CARCARÁ, 2012).

A partir da importância do bem cultural selecionado, esse estudo é justificado pelo

fato que muitas pessoas desconhecem o valor de um patrimônio cultural, não se importam com essa questão, a sua preservação. E do mesmo modo, tem-se o interesse em buscar estratégias de preservação para as peças presentes no Memorial, os quais possam contribuir com a exposição a todos do acervo, rico e disponível. Assim, acredita-se que a forma mais eficaz de valorizar e preservar o patrimônio histórico e cultural é proporcionar à população o conhecimento sobre seu significado para as presentes e futuras gerações.

O museu, conta com um acervo de mais de 2.000 peças históricas, entre elas veículos, máquinas, ferramentas e outros utensílios, muitos deles comprados e recebidos por doação da própria população, que relembram a História de Bernardo Sayão, fundador da cidade de Ceres, além de exposição da História da Colônia Agrícola (CANG). O Memorial é localizado na antiga APAE de Ceres, local em que Bernardo Sayão residiu. O empresário Sr. José Ferreira da Silva (Zé Buruti), é o precursor deste museu, o qual teve como objetivo deste trabalho que vem sendo realizado há anos, expor para todos os visitantes, toda essa história que hoje é uma realidade e é ponto turístico (JORNAL POPULACIONAL, 2016).

A relevância para a memória local e nacional bem como seu papel nos processos identitários do grupo social em que o mesmo está inserido é levar a história da cidade de Ceres, a importância da preservação do patrimônio histórico cultural ao conhecimento da sociedade, escolas, órgãos públicos e principalmente expor aos mais jovens, a verdadeira identidade histórica, não só da cidade de Ceres, mas de toda a região do Vale do São Patrício.

Assim, esse tema é de suma relevância para a área de concentração e está adequado à linha de pesquisa escolhida a qual está relacionada à Cultura, Preservação e Identidades.

1 O BEM CULTURAL ESTUDADO: DISCUSSÃO TEÓRICO-METODOLÓGICA

1.1 De colônia a cidade: caminhos de fundação de Ceres e questões políticas

Adentrar no imaginário sobre as motivações que levaram, na década de 1940 em meio a um cenário de guerra internacional, o estado nacional a criar uma colônia agrícola tendo sua sede com traçado de planejamento urbano, que traz uma carga de símbolos, significados e representações na seleção dos camponeses e na cultura da sociedade que ora se constituía é o objeto primeiro deste trabalho – Ceres imaginada.

Para permear este cenário é preciso perceber, sentir a vivência de sua gente. Buscar no tempo que corre os recursos para refletir sobre os critérios e as normas que conduziram a formulação da representação social, seus símbolos e a influência que exerce no imaginário social daqueles que nasceram ou vivem a cidade nos dias atuais – a cidade vivida.

O próprio nome da cidade foi pensando de forma a estabelecer uma lógica normativa e discursiva glorificada, fazendo referência histórica e mitológica para representar o ideário constituído a época da integração do centro oeste ao modelo político varguista que instituiu sobre essa região a instituição simbólica de celeiro nacional: Ceres faz uma referência à deusa dos cereais da mitologia greco-romana. O município foi criado pelo primeiro projeto de reforma agrária instituído pelo governo brasileiro, era parte do projeto de Marcha para o Oeste e foi crucial para o nome do engenheiro Bernardo Sayão despontar no cenário nacional. O município de Ceres está localizado na Mesorregião do Centro Goiano, cerca de 170 km de Goiânia, ocupando uma área de 214,322 km². Sendo limitado pelos municípios de Ipiranga de Goiás, Carmo do Rio Verde, Rialma e Rubiataba (IBGE, 2021).

De acordo com IBGE (2021) a procedência da Sede municipal da cidade de Ceres é referente aos fins de 1940, com a doação da área, da Mata do São Patrício, quando foi criada a Colônia Agrícola, tendo em vista a composição do Centro-Oeste e Médio-Norte ao restante do País. Segundo Gomes (2012) em 1941, concretizava-se, na margem esquerda do rio das Almas, terras denominadas São Patrício, a Colônia Agrícola Nacional de Goiás -GO (CANG), da qual ganhou o nome de Ceres (Deusa da agricultura) que conforme já ressaltamos era um nome simbólico resultante da finalidade para o qual foi idealizada.

O site do IBGE (2021) expõe que sob a direção do engenheiro Bernardo Sayão, decorreu-se o perímetro da área, sendo dividida em lotes (quinhões de 26 a 32) designados, por doação, aos colonos, que também recebiam sementes escolhidas, ferramentas, assistência

médica, dentária e social, gratuita para plantarem além das terras recebidas.

Em compensação os colonos que recebiam as terras, precisariam conservar de 20 a 25% de matas, produzindo no restante das glebas. Os mesmos também obtinham direito a casa tipo popular. O direito da terra ficava sob usufruto até que o Ministério da Agricultura concedesse o título de propriedade decisiva. O objetivo principal era disseminar uma agricultura contemporânea, estabelecer o homem no campo, suprimindo o rodízio das terras pelas culturas.

Conforme Gomes (2012) em 1950 Ceres estava com 2230 quinhões (lotes) e 3543 famílias de lavradores, obtendo um inacreditável fluxo de progresso com a chegada da rodovia federal Belém-Brasília, atual BR-153, que abarcava o município em direção norte, e desde então, passou a ser o polo de desenvolvimento da Região do São Patrício.

A população da cidade de Ceres em 2021 era de 22.306 hab. A área da unidade territorial (km² 214,322 a densidade demográfica (hab./km²) 96,69. A cidade de Ceres – GO, possui como população residente – homens 10.144 e população residente – mulheres 10.578 pessoas (IBGE, 2021).

Nascida em meio a um contexto de guerra internacional (1939/1945), a Cang - Colônia Agrícola Nacional de Goiás surgia em 1941 da expectativa da Marcha para o Oeste, um programa nacional objetivando povoar o centro do país e avançar na reforma agrária.

A partir de 1946 chegavam à Colônia, em média, 30 famílias por dia, em um ano residiam na CANG mais de 10.000 habitantes. Em 1950 a área era ocupada por 29.522 habitantes e em 1953 atingiu uma população de 36.672 habitantes. Essa grande quantidade de migrantes era proveniente do Oeste de Minas Gerais (60%), de São Paulo e Estados do Norte (20%), do próprio Estado de Goiás, do Sul (Gaúchos) e de outros países (20%). Muitos eram descendentes de italianos, alemães, espanhóis e japoneses, além de nordestinos e mineiros em busca de terras férteis e melhores condições de vida (DAYRELL, 1974).

Faissol (1952) relata que o estado físico, higiênico e de saúde dos colonos que chegavam à CANG era deplorável: muitos chegavam à Colônia com sintomas de doenças endêmicas como a febre amarela e a malária. Antes da chegada dos colonos, a região era habitada por diferentes grupos indígenas, principalmente povos como os Xavante, Kayapó, e possivelmente grupos Ava-Canoeiro e Javaé. Esses povos tinham uma relação direta com o território, utilizando a terra para caça, pesca, coleta e agricultura de subsistência.

Com a implantação da CANG, houve um processo de deslocamento forçado desses grupos. O avanço da colonização trouxe doenças para as quais os indígenas não tinham imunidade, além de conflitos por causa da terra e dos recursos naturais. Muitos foram obrigados a migrar para áreas mais isoladas ou foram assimilados de forma forçada, perdendo parte de

suas tradições e territórios (SOUZA, 2015).

Embora não tenham ocorrido grandes guerras na região de Ceres, houve resistência indígena em outras áreas do Cerrado, onde grupos lutaram contra o avanço dos colonos. A resistência, no entanto, era difícil diante da superioridade tecnológica e numérica dos colonizadores, além do apoio logístico do governo federal aos projetos de colonização (DIAS, 2000).

Claudio L. Maia em um estudo sobre o conflito pela posse da terra na fronteira e a resistência dos posseiros Trombas e Formoso, afirma que “o processo de entrada no Núcleo Colonial era moroso, obedecia a trâmites burocráticos e a uma rigorosa seleção. Tanto assim que, de 1941 a 1944, só foram instalados na região dez famílias” (MAIA, 2008, P.54).

Na esteira da lógica da terra como meio de produção capitalista empurra o camponês cada vez para as regiões mais distantes abrindo frentes e as tornando acessíveis foram se espalhando pelas adjacências das cidades mais próximas ou avançando em direção ao norte, como no caso de Uruaçu, Trombas e Formoso, Porangatu até chegar ao extremo norte do Estado após a chegada da Rodovia Belém- Brasília.

Os motivos eram em geral a questão do acesso às terras férteis, fator preponderante no avanço das frentes pioneiras. Porém, é preciso ressaltar que a especulação, venda, e invasão de terras tornaram-se intensas, culminado com uma série de conflitos agrários,

[...] com abertura da rodovia Belém-Brasília, as terras no norte goiano, grandes partes devolutas, ocupadas por alguns posseiros e de território indígena, começaram a ser incorporadas pela iniciativa privada de forma fraudulenta, inaugurando os conflitos pela posse da terra que, a partir desse momento passa a ser um equivalente de mercadoria (BARBOSA, 1996, p. 13).

Como explica Borges (2000, p.136), “as terras menos valorizadas encontravam-se no norte do Estado, onde a fronteira agrícola permanecia aberta e as terras devolutas eram abundantes e de fácil acesso”. Deste modo, os trabalhadores vão caminhando e avançando até ser novamente empurrado pelo grileiro, agente importante para a consolidação do capitalismo no campo.

Ao contrário do posseiro, que tem na terra um meio de subsistência ou do capitalista que deseja expandir seus investimentos e ampliar o poder econômico, o grileiro, na engrenagem da questão da expropriação das terras, atua como um facilitador de entrada do capital, adulterando documentos, subornando, policiais, donos de cartórios, juizes e adulterando documentos, fazendo com que os posseiros se vissem desassistidos e impotentes diante da situação em que a expropriação de suas terras parecesse tudo dentro da legalidade, e os que

resistissem fossem ameaçados e apossados por pistoleiros que em geral estavam a serviço dos mesmos.

No imaginário de Lázaro José (39 anos e filho de Ceres), a colônia tinha um papel estratégico para além de povoar o centro do país. Caso tivesse uma guerra no Brasil, teria ainda a função abastecer com cereais os acampamentos dos guerrilheiros brasileiros. Não adiantaria ter homem com armas nas mãos se estivessem fracos e desnutridos.

O tipo de solo contou muito para a seleção do local para a instalação da primeira colônia agrícola. A região do Vale de São Patrício, representa o bioma Cerrado com presença de mata atlântica, contando com terras férteis. Até a década de 1950, o Cerrado era tido como terras impróprias para a produção agrícola, pois seu solo era fraco e com índice elevado de acidez. A partir da década de 1970, com o avanço da tecnologia, o Cerrado começa a despertar o interesse do Estado.

Mas as características topográficas da região facilitariam a mecanização agrícola, possibilitando a implantação de uma agricultura moderna, competitiva e voltada para a produção de *commodities* agrícolas. O que impulsionaria também a indústria, posto que incrementaria a produção de máquinas e insumos. Em 1940, o governo brasileiro já pensava em fazer do Centro-Oeste, porque não dizer do Cerrado, o celeiro do agronegócio. Para Chaveiro (2013), quando a ideia de Cerrado era diminuta o bioma era preservado; quando esta ideia avoluma-se o bioma é destruído.

Sob a batuta do engenheiro Bernardo Sayão, Ceres começa a ser sonhada. A nomeação para dirigir a Cang, designação feita pelo Ministério da Agricultura, seria o marco na trajetória profissional e política de Sayão. O plano das colônias agrícolas era fundar grandes fazendas a fim de que elas atuassem como um ímã sobre as chamadas populações intituladas do interior, sem nenhum peso econômico e sem nenhuma oportunidade. Para Callado, o governo fora assertivo na escolha de Sayão para coordenar o projeto:

Mas sentia uma santa impaciência com as coisas da cidade, de qualquer cidade. Era um brasileiro voltado para Oeste o tempo todo. E o Brasil pós-revolucionário de 1930 começou a ressoar com o brado — ainda sobretudo retórico — da Marcha para Oeste. Mas aos ouvidos de Sayão o brado não soava como frase de discurso, ou como programa a ser amadurecido em decênios. Significava facão de mato, picada na selva e estradas, fazendas e vilas (CALLADO, 1959).

Sayão aceitou o desafio, era visto como um homem de visão do futuro e com uma integridade difundida por muitos, ademais tinha a fama de estar tão a par dos processos burocráticos que os entendia como necessários para implementar as funções a ele delegadas. Escrevia em saco de cimento para despachar com seus encarregados, pois os serviços de

escritório eram secundários, a obra não podia parar. Tal postura lhe rendeu alguns processos nos órgãos de fiscalização do governo.

Figura 1 - Bernardo Sayão (à direita) acompanhando os trabalhos na CANG



Fonte: Domínio público

O engenheiro Bernardo Sayão tinha a tarefa de encontrar a melhor localidade para instalar a sede da colônia agrícola. Foram várias idas e vindas, muito trabalho para definir a posição do núcleo de atividades da colônia. Em certa feita Sayão enviara carta a sua filha, falando da cidade imaginada:

Amanhã irei até São Patrício para ver se desta vez consigo localizar o ponto onde deverá ser construída a sede da colônia que será uma grande cidade com cinemas, sorveterias, colégios, piscinas, etc. Tudo bem moderno. Em determinadas avenidas conservaremos a mata virgem como arborizações. Beijos saudosos do papai (SAYÃO, 1994, p. 62).

Do invisível, do imaginado de Sayão surgia o núcleo urbano da Colônia, que por suas terras férteis receberia mais tarde o nome de Ceres. Para Calvino (1990, p. 44), 'as cidades, como os sonhos, são construídas por desejos e medos, ainda que o fio condutor de seu discurso seja secreto, que suas regras sejam absurdas, as suas perspectivas enganosas e que todas as coisas escondam uma outra coisa', faz-nos refletir o que levara um engenheiro carioca, tido como estrategista a definir um local de geografia acidentada para instalar a sede da colônia.

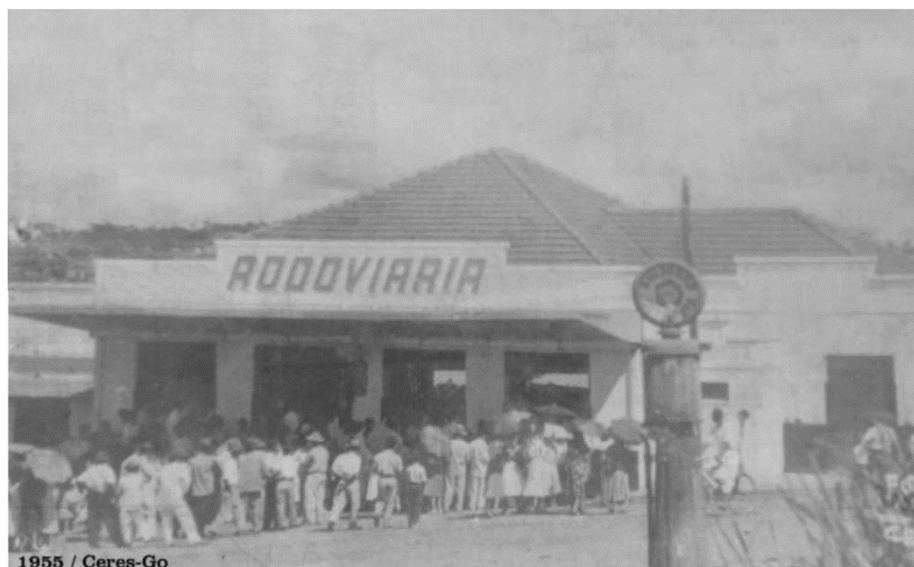
Figura 2 - Cidade de Ceres em sua criação



Fonte: Domínio público

Ainda segundo Calvino (1990, p. 44), —de uma cidade não aproveitamos as suas sete ou setenta e sete maravilhas, mas a resposta que dá às nossas perguntas. Muitas devem ter sido as perguntas que Sayão teve respostas. Mais uma vez podemos recorrer a Calvino (1990, p. 16) que diz que “a cidade enganosa, tem um poder, que às vezes se diz maligno e outras vezes benigno” para tentar compreender e sentir a fundação de Ceres como a Cidade e o Desejo; o desejo que arrastou famílias em busca de dias melhores. As cidades e os desejos são marcadas por promessas benéficas, mas como tudo na vida, também é marcada por malefícios.

Figura 3 - Rodoviária de Ceres no ano de 1955



Fonte: Acervo da Prefeitura de Ceres-GO

Para serem beneficiadas e para fazer parte da colônia existiam alguns requisitos; as famílias deveriam ser constituídas por brasileiros, teriam que ser pobres, com prole numerosa e com habilidades agrícolas. As mulheres e os filhos eram utilizados na mão de obra para a produção. Os que não se enquadravam ficavam no outro lado do Rio das Almas, hoje Rialma. Na colônia era proibida a entrada de bebidas e prostitutas. A vida noturna se estabelecia na outra margem do rio. Uma outra vila foi se formando ao longo do Rio das Almas.

Para dar acesso a Ceres, foi construída, provisoriamente, uma ponte de tambor para permitir a entrada e saída de veículos, como nos mostra a figura abaixo à esquerda. Mas se fazia urgente construir uma ponte que possibilitasse o escoamento da produção, assim como o acesso de mercadorias para abastecer o comércio local.

Figura 4 - Ponte de Tambor entre Ceres (à esquerda) e Rialma



Fonte: Acervo da Prefeitura de Ceres-GO

Sem a ponte, Ceres não existiria, mas apenas uma ponte não sustenta uma cidade. A vida na cidade é tecida por suas relações, seus símbolos e seus significados. Sayão criou elementos importantes para constituir a cidade e se tornar logo em seguida referência para a região. Bastante influenciada por seu imaginário, criou um núcleo de atividades da colônia com traçado de planejamento urbano, com ruas largas, as principais avenidas com duas pistas divididas por canteiros centrais, escola, hospital e oficina para dar assistência no maquinário.

[...] o decreto que criava as Colônias Agrícolas Nacionais deixava muito evidentes suas intenções em relação a instalação de centros urbanos para as áreas colonizadas, não apenas para servir de sede aos núcleos agrícolas, mas também para funcionar como centros irradiadores do desenvolvimento regional. (DUTRA, 2009, p. 11)

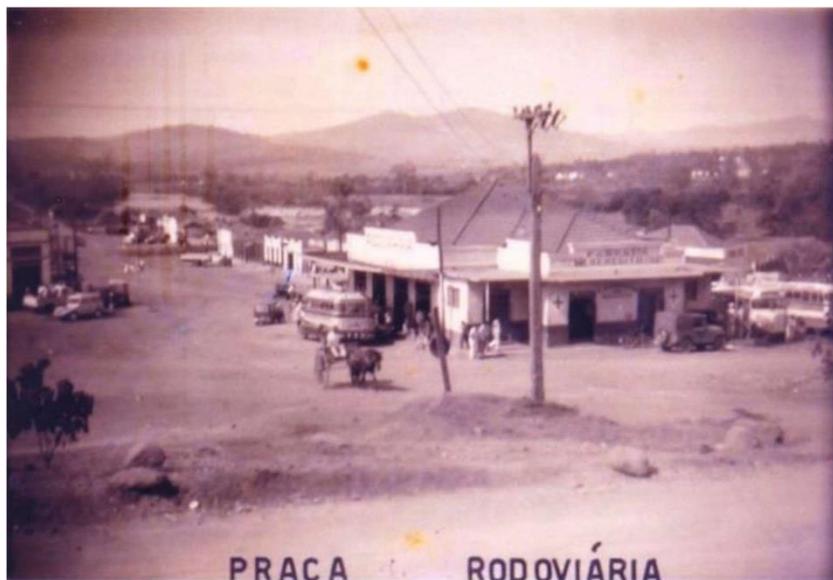
Figura 5 – Primeira ponte de concreto entre Ceres e Rialma



Fonte: Acervo da Prefeitura de Ceres-GO

A seguir poderemos ver imagens que foram registradas, marcando época, das intervenções para a formação da cidade: A figura abaixo nos mostra a Praça da Rodoviária, com ruas largas, ponto movimentado da cidade destinado à baldeação. O ônibus da chegada é também o da partida.

Figura 6 - Praça da Rodoviária de Ceres



Fonte: Acervo da Prefeitura de Ceres-GO

Mas o simbólico, as representações sociais estão para além das intervenções físicas, as construções. Estão contidas no modo de pensar, agir e ser de sua gente. Nosso ponto de

partida se insere no que chamaríamos de história cultural do urbano e que se propõe a estudar a cidade através de suas representações. Entendemos ser esta uma fascinante proposta para o nosso final de século, quando a cidade se coloca, mais do que nunca como desafio, sendo lugar – por excelência – onde as coisas acontecem. (PESAVENTO, 2002, p. 8)

É na cidade que as pessoas vivem. É nela que tecemos nossos sonhos e desejos, colocamos em cena a trama da vida. É no palco das relações que multiplicamos olhares e dividimos sentimentos no adicionar de —coisas no fluir da existência humana, que se diminui a cada segundo.

Para Pesavento (2002, p. 08), —a cidade está destinada a ser o centro dos conflitos. É lá que acontece o jogo de interesse, seguindo a linha da vida, na caminhada da subjetividade humana, rumo ao céu. É na multiplicidade de olhares e discursos que vão se formando as relações e seus significados. Essa multiplicidade permite uma variedade de verdades, posto que a diversidade de olhares e discursos não se hierarquiza, mas se justapõem, compõem ou se contradizem.

Figura 7 – Prédio antigo do Colégio Imaculada Conceição em Ceres



Fonte: Domínio público

Essa multiplicidade de olhares e discursos nos permite sair da lógica binária do certo e o errado, da verdade e a mentira e nos permite adentrar nos diferentes níveis de realidade que compõe a complexidade da cidade. Basarab Nicolescu (1999, p. 30) entende por realidade aquilo que resiste às nossas experiências, representações, descrições ou formalizações matemáticas. Para ele a realidade é transsubjetiva, pois está além da construção social, do consenso da coletividade, do acordo intersubjetivo.

É nessa pluralidade de saberes que buscamos avançar no entendimento das

representações sociais que se dão na Ceres vivida. Pensar seus sentidos, valores e vivências. Pensar na modificação do espaço, nas relações entre os produtores do espaço e os consumidores do mesmo.

Figura 8 – Ceres em seus primórdios às margens do Rio das Almas



Fonte: Domínio público

A maioria dos camponeses que ocuparam a colônia era de Minas Gerais, São Paulo e Bahia. Traziam consigo suas identidades locais, contudo, só permaneceriam na colônia com a submissão às normas da Cang. Para Dutra (2009), o decreto de criação da colônia já trazia consigo as normas que moldariam a moral e a conduta de seus selecionados. Para ele, os requisitos exigidos dos colonos não se limitavam nos critérios do trabalho agrícola, ou outro tipo de labor, mas estavam vinculados a uma concepção moral – ao lugar de gente que trabalha e tem boa conduta. Ainda, mesmo sem ser uma obrigatoriedade no decreto, a exigência e o rigor na comprovação do casamento civil dos camponeses eram mais que uma segurança jurídica, mas uma indicação dos elementos simbólicos que marcavam a concepção do lugar em formação.

1.2 Bernardo Sayão e a elaboração do (s) herói (s)

Bernardo Sayão de Carvalho Araújo nasceu em 18 de julho de 1901 na cidade do Rio de Janeiro. Ele viveu sua infância em uma grande propriedade situada em uma colina na região da floresta da Tijuca. Formou-se engenheiro-agrônomo pela Escola de Agronomia Luís de Queirós em Piracicaba/SP em 1923. Do primeiro matrimônio com Lygia Mendes Pimentel

nasceram Laís e Léa, do segundo, com Hilda Fontenele Cabral, após ter ficado viúvo, vieram: Fernando, Bernardo, Lia e Lilian.

Marques (2009) relata a respeito de sua imensa resistência física, que alcançou desde a infância, quando escalava o Morro das Duas Pedras, em Friburgo, e sua passagem pelo time de futebol da Escola de Agronomia de Piracicaba e Botafogo do Rio de Janeiro.

Fora do foco das grandes realizações, ele foi uma pessoa bastante reservada, dedicada à sua profissão e, principalmente, ao seu trabalho, teve uma vida simples e austera, muito focada em sua missão de desbravar e integrar o Brasil, especialmente as áreas do Centro-Oeste. Fora dos holofotes, ele era, portanto, um homem muito mais focado em suas responsabilidades profissionais do que em questões pessoais ou sociais, o que talvez tenha feito sua vida fora das grandes realizações ser mais discreta. Além disso, por ter vivido em uma época em que as informações e registros não eram tão amplos como hoje, é difícil encontrar relatos pessoais mais detalhados sobre ele fora dos feitos públicos.

Apesar de ter ocupado cargos de destaque, como vice-governador de Goiás e diretor da NOVACAP, Sayão não acumulou riquezas. Sua família não herdou patrimônio financeiro significativo, refletindo seu desprendimento material e compromisso com o desenvolvimento do país. Sua esposa, Hilda Fontenele Cabral Sayão, com quem se casou em 1941, compartilhou de suas lutas e desafios, recebendo, aos 82 anos, uma pensão modesta de três salários mínimos (MARQUES, 2009).

De acordo com Passos (2013), tratava-se de um sujeito obcecado pelo ofício, que, apesar de instruído, era descomplicado quanto ao trato com as palavras, proferindo-as sempre em tom despreocupado e agradável. Sua trajetória, à frente de dois projetos nacionais de desenvolvimento, encontra-se dividida em duas etapas, iniciando-se no primeiro governo Getúlio Vargas, interrompendo-se no final do governo Eurico Gaspar Dutra e retornando com as eleições que sagraram Juscelino Kubistchek a presidente da República e José Ludovico de Almeida governador de Goiás, tendo o próprio Bernardo Sayão como vice.

Sua figura recebeu especial destaque no contexto político goiano pós década de 1940, estando à frente da Colônia Agrícola Nacional de Goiás (CANG), enquanto que, de 1955 a 1959, foi vice-governador de Goiás e diretor da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil (Novacap), departamento responsável pela construção da rodovia Belém-Brasília.

Sayão (1984) rememora o aspecto descontraído e informal de seu pai que, sempre que avistava um camponês com um membro mutilado, o apelidava de “Zé Toco”. Da mesma forma, sempre que se deparava com um automóvel velho, referia-se ao seu dono com o termo “Zé Ximbica”. Apesar de politicamente incorreto, para os dias atuais, essa sua forma de

abordagem era corriqueira entre seus pares, atuando como um “fio condutor” de aproximação, numa época em que as regras de convívio eram sancionadas pela anuência de cada partícipe, indiferente se esse consentimento proviesse do grau de instrução, de alguma forma de intimidação ou da inibição por parte do interlocutor.

A abordagem envolvendo a figura de Sayão, assim como a comparação de suas ações com as de outros vultos emergidos do processo de modernização do Brasil, suscita no observador a sensação de reprise da história. Seus feitos confundem-se com os de outras personalidades já consagradas pela aventura propiciada pela expansão das fronteiras do país.

Sayão era um tocador de obras, rasgador de mata virgem. Depois de construir Ceres, trabalhou na construção da rodovia que ligava a Cang a Anápolis, o que lhe rendeu fama. Foi designado a trabalhar na construção de Brasília e na Belém/Brasília (BR- 153), a transbrasiliana. A rodovia era a concretização do sonho. Sayão queria deitar na mata sua imensa coluna de asfalto rematada pelo capitel amazônico. A menos de 15 dias de ver completado o principal da sua obra, conta a lenda que “vingava-se a floresta violada,”. Uma árvore caiu sobre o acampamento onde Sayão estava, levando-o a morte em 1959.

De mais a mais, considera-se que a construção de um herói nacional, da estirpe de Tiradentes, por exemplo, constituiu um projeto de longo alcance, cujo objetivo central era estabelecer uma “ordem” no Brasil, depois de proclamada a sua Independência, como método de unificação para um país que existia enquanto território, mas não enquanto nação (CAINELLI, 2004). Sobre este tema, Sandes (2000) nos mostra que o processo de construção da memória nacional é permeado de eventos, símbolos, mitos, ritos e personagens necessários para empreender uma ideia de país, para elencar uma lógica fundante do imaginário nacional repleto de figuras de renome que amalgamam um processo identitário da comunidade nacional. Personagens dessa estirpe são necessários para empreender uma ideia de nação com tradições históricas capazes de oferecer suportes políticos e estabelecer uma ideia histórica ritualística e quase mítica da nação.

No que diz respeito ao contexto regional, a atuação de homens e mulheres – em diferentes épocas e lugares – instiga no pesquisador o desejo de descrever, não unicamente acerca do contexto em volta, mas reunindo cada detalhe de suas vidas de forma mais intensa. Essa é uma característica a cingir a figura de Bernardo Sayão, a qual é evocada sempre que o desbravamento do Planalto Central do Brasil é posto em debate.

A alcunha de “bandeirante moderno”, associada postumamente a Sayão, derivou do processo tardio de modernização do estado de Goiás, o qual tinha como demanda maior a conexão entre lugares, fator que tornou o ambiente propício ao seu uso de modo irrestrito. Há

que se dizer que a formulação do bandeirante por Ricardo (1970) parece disfarçar uma tentativa de transplantar a imagem deste que, em sua gênese, remete a um herói regional paulista, tornando-o nacional, de modo a conter a insatisfação de São Paulo que, desde a Revolução Constitucionalista de 1932, via a centralização política do governo Vargas com pouca simpatia.

Concomitantemente, a alcunha rememora figuras marcantes da história local a exemplo de Bartolomeu Bueno da Silva (1647-1740), o “Anhanguera”, e seu pai homônimo, presentes na memória coletiva dos goianos como elementos constituintes de uma tradição que atravessa mais de dois séculos. De fato, Bernardo Sayão não recupera o estereótipo “aventureiro” do bandeirante, movido pela gananciosa e, muitas vezes, egoísta busca por riquezas. Seu perfil projetista o sagrou como artífice do nacional-desenvolvimentismo, tanto pela via fundiária, através do plano de reforma agrária assentado na Colônia Agrícola Nacional de Goiás (CANG), como pela liberação dos fluxos, a partir da construção da Belém- Brasília.

O lócus, no qual ele se construiu como uma espécie de mártir desse processo, teria se erguido a partir da ação de homens como o General José Vieira Couto de Magalhães (1837-1898), cuja atuação tencionava dinamizar o comércio regional, através da navegação fluvial, e/ou Pedro Ludovico Teixeira (1891-1979), requisitado como protagonista central no contexto de modernização de Goiás. Além daqueles que se notabilizaram pelo Planalto Central, cabe citar os feitos do Marechal Cândido Rondon pela Bacia Amazônica, os quais ressoaram nos tempos de Sayão.

Com relação à historicidade de sua figura, nota-se nele a forte herança da tradição do desbravamento do Brasil, da mesma forma como ocorreu com outros que se lançaram nesse tipo de aventura, marcada pela forma fatídica, exaustiva, desgastante e perigosa de sua realização.

Enquanto vulto notável, Bernardo Sayão reúne, em torno de si, a efígie do homem moderno, criativo, inclinado às transformações e disposto a enfrentar a “velha ordem”, a partir de formas mais sofisticadas. De acordo com o que foi levantado pela pesquisa, a constituição de sua imagem foi “higienizada” positivamente de modo que características específicas a ele foram elaboradas: Sayão passou a ser tratado como destemido, atlético, bem afeiçoado, gentil, culto, porém singelo, o qual tratava os seus pares com um decoro pouco visto no perfil do antigo “coronel”. Essa imagem ganha dimensões em uma época em que a bravura de um homem se restringia à arma que este trazia na cintura.

Por último, a morte precoce, em plena lida, recupera o rito “sacrificial” em favor de uma causa coletiva, isto é, de todos aqueles que ansiavam as transformações indispensáveis na redução das desigualdades regionais do país, forjou em Sayão o mito, ora aclamado por aqueles

que viam nele um agente do progresso, ora odiado por aqueles que condenavam os projetos, nos quais ele esteve envolvido, como responsáveis pelas contradições ratificadas no país, as quais inaugurariam o debate acerca do desenvolvimento regional em contraste à preservação do meio ambiente.

Respaldado nessas proposições, justifica-se o levantamento bibliográfico e documental como base para uma abordagem envolvendo um dos últimos vultos do processo de interiorização do Brasil. O caráter prosaico da colonização do Brasil, divulgado a partir das primeiras “letras historiográficas”, por Carl Friedrich Philipp Von Martinus (1794-1868) e Francisco Adolfo de Varnhagen (1816-1878), procedeu de uma espécie de pacto entre o conservadorismo e o positivismo, sistemas de ideias caracterizados pela obsessiva formulação de leis gerais.

Aos conservadores, presentes desde o início, interessava a manutenção da imagem heróica do desbravador português, enquanto que o positivismo, mais influente durante as décadas que antecederam e sucederam a Primeira República, concebia a possibilidade de se elencar outros “padrões”, presentes na vida da sociedade, mas que a multiplicidade e a diversidade da experiência histórica tendiam a ocultar (BARROS, 2011).

No que diz respeito aos primeiros vultos, captadas por essa escrita, o que se percebe é uma combinação rústica e de dúbia personalidade. A representação do “pai histórico” ou do “Adão sem culpa” repousa sobre as individualidades durante a colonização, a exemplo de Diogo Álvares Correia e João Ramalho Maldonado, atores em uma intensa trama de aproximação entre colonizador e colonizado.

A atuação deste último abriria caminho para a fundação de uma dinastia mameluca, o qual foi, em seguida, associado ao “bandeirante” ou ao “sertanista”, personagens que, de modo geral, atrairiam o prestígio de todos em razão da audácia e aptidão persuasiva diante dos indígenas, com os quais foram sempre retratados na literatura (RICARDO, 1928). Varnhagen (2020), que foi um representante do conservadorismo, hostil ao “estado selvagem” dos indígenas, buscou erradicar com quaisquer vinculações entre o presente e o passado nativo do Brasil. Para ele, o “português”, que quase não a sua filiação galego-asturiana, nem corrompido o valor de suas articulações latinas, deveria manter-se dessa forma.

Em decorrência do nível de “degeneração” em que se achavam os nativos, o futuro da nação não poderia ter suas raízes fincadas nesse ethos, mas no imaginário gerado pelos desbravadores, conservando-se, desta forma, o vínculo com a “pátria-mãe”. Em contrapartida, a memória nativa limitar-se-ia à ficção, tal como se observa na extensa literatura nacional, como “anti-modelo” para se pensar o futuro da nação.

Com a criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), em 1838, já se observa um esforço em prol de se instituir um tipo ideal de herói para a nação. Em regra, oriundo das camadas abastadas da sociedade, possuidor de uma linhagem “pura”, aos moldes de Varnhagen, e de apreciável erudição. O intuito era oferecer uma historiografia ao gosto das elites nacionais, detentoras do poder de decisão e do controle dos aparelhos de repressão. Não obstante, também se buscava unir a sociedade em torno de uma compreensão única da história, neutralizando assim os potenciais levantes separatistas, provenientes do recente processo de independência no Brasil (CARVALHO, 1990).

Desde então, a construção dos vultos nacionais se viu caracterizada pelo desafio de reunir, em um único perfil, um tom de requinte das elites e a afabilidade das camadas populares. Apesar de não explicar, esse procedimento abre uma hipótese para a causa da anulação ou negatização do protagonismo de alguns vultos surgidos em períodos anteriores.

Presume-se que personagens formidáveis como Potiguaçu (1600-1648), Henrique Dias (?-1662) e Zumbi dos Palmares (1655-1695) tenham sido desprezados em razão de seus fenótipos, ou seja, o fato de serem negros e/ou indígenas, de antemão, teria impossibilitado maiores prestígios, diante de uma atmosfera dominada pela “teoria das raças” e pela eugenia.

Taunay (1922), em compilação encomendada pelo Museu Paulista, apresenta 32 vultos da independência, dos quais somente três descendem de famílias não abastadas, sendo duas mulheres, a abadessa Joanna Angélica de Jesus (1761 -1822), morta por um soldado das tropas portuguesas que lhe perfurou o peito com uma baioneta, às portas do Convento da Lapa/BA, onde residia, e Maria Quitéria de Jesus Medeiros (1792-1853), que havia lutado aguerridamente durante a guerra pela independência, numa época em que as mulheres eram praticamente anuladas da vida social. Para se juntar às tropas da Bahia, Maria Quitéria teve que se vestir como homem e adotar o pseudônimo de “José Maria”.

A terceira figura listada foi Antônio Pereira Rebouças (1798-1880), descendente de povos escravizados no Brasil, portanto, originário de berço humilde, pai de André Rebouças (1838-1898), um dos mais notáveis abolicionistas de seu tempo.

Como já dito, as primeiras escritas historiográficas oficiais se fizeram inspiradas no ethos do desbravamento, sendo que uma grande parte havia adotado a “convivência” como metodologia básica. Von Martius, enquanto representante dessa escola, recomendava, aos historiadores de sua época, viajar pelas regiões a fim de adquirir uma visão panorâmica do território, eficiente em aconselhar o imperador –visto por ele como figura central da história nacional brasileira – em suas tomadas de decisão. Desde cedo, Von Martius havia compreendido que, pelo fato de se tratar de um território de dimensões continentais, o Brasil

sustentava profundas diferenças regionais, as quais variavam entre as distintas paisagens naturais, os diferentes povos, as inúmeras paixões e, por conseguinte, as novas demandas (REIS, 2003).

Inicialmente, a tarefa do historiador seria reunir esses elementos heterogêneos para, a partir deles, formular uma síntese eficaz em promover a superação de estereótipos e preconceitos que distanciavam as regiões uma das outras. Tal síntese implicaria no diálogo, entre as interpretações vigentes, mediado pela reciprocidade do "reconhecimento" e da "constatação" (REIS, 2003). Não obstante, para que fosse acolhida, essa interpretação careceria das "lentes" do patriotismo, de modo a dissipar a desconfiança das populações regionais, evitando-se, dessa forma, os levantes que pusessem em risco a integridade do território ou a estabilidade do Império.

Esta forma de lidar com a questão territorial, divulgada através dos escritos do IHGB, foi absorvida pelas autoridades nacionais, tornando-se parte constituinte da política sustentada durante o Segundo Império e, em parte, na Primeira República. Por mais árdua que se revelasse essa tarefa, o anseio por uma história nacional, capaz de legitimar o poder do governante, já estava previsto nas origens do IHGB.

Sua proposta fundante consistia em recuperar do passado as referências luso-brasileiras adequadas, a saber, os grandes vultos, os varões preclaros, as efemérides do país, os filhos distintos pelo saber e pelas qualidades (REIS, 2003). De modo geral, o objetivo era fazer da história nacional um memorial dos antepassados lusitanos, de modo a torná-los modelos para as futuras gerações. Com a Proclamação da República (1889) novos ideais foram sendo adicionados à escrita histórica, desta vez, advindos das três ideologias dominantes do período, a saber, o liberalismo, o jacobinismo e o positivismo.

O positivismo havia se revelado o mais afoito em seu ideário civilista de alcançar o imaginário, a fim de recriá-lo dentro de uma redoma de valores e princípios republicanos (CARVALHO, 1990). Em termos gerais, a noção de "civilização", recuperada da colonização, concebia as três raças, todavia, colocando o europeu no topo de uma hierarquia idealizada. Assim sendo, a construção de vultos, como referenciais a serem seguidos, tornara-se uma prerrogativa a satisfazer os anseios coletivos e, ao mesmo tempo, conter as potenciais insurreições, sobressaindo-se, neste caso, aqueles que sintetizavam os aspectos constituintes da sociedade de seu tempo (BLOCH, 2002).

Essa busca por novos valores se intensificou a partir das missões de desbravamento no final do século XIX em diante, a começar pela Missão Crus, em 1892, pelas expedições chefiadas pelo Marechal Cândido Rondon, ícone central dessa etapa, ou pela expedição

Roncador-Xingu, dirigida, primeiramente, pelo Coronel Flaviano de Mattos Fanique e, em seguida, pelos irmãos Cláudio e Orlando Villas-Boas. Essas ações estiveram incumbidas de uma sondagem mais densa do Planalto Central e da Amazônia, regiões sobre as quais as informações oficiais remanesciam dos itinerários dos viajantes naturalistas estrangeiros do século XIX, sendo incrementadas por especulações oriundas do senso comum.

Além disso, o “velho espírito do desbravador” via-se revitalizado, uma vez que as próprias condições naturais, como o difícil acesso por caminhos longínquos e tortuosos, em condições de risco, tanto pelas epidemias como pelos potenciais conflitos com indígenas, contribuiria para a construção do heroísmo sobre diferentes espíritos (REIS, 2003). Por sua vez, as primeiras orientações do IHGB, sugeridas no passado por Von Martius, em relação ao “fazer historiográfico”, não estiveram deslocadas dos rumos tomados pelos governantes ao longo desta etapa.

Deste modo, a escrita histórica esteve associada à prática de pesquisa, gênero literário ou forma de registro de processos e acontecimentos, distinta da História contemporânea, vinculada a uma dimensão teórica, a qual reivindica, de maneira exclusiva, a cientificidade de sua interpretação dos fatos (BARROS, 2011).

Para o historiador, narrar uma história não é revivê-la, mas é um processo que incide em uma operação cognitiva, a qual, por sua vez, exigirá uma teorização (REIS, 2012). Trata-se, portanto, de uma análise dentro de um tempo histórico – sobre o qual serão erguidas as personalidades, conforme será tratado mais adiante – e do caráter heróico procedente da forma de narrativa dos fatos. Acerca disso, em termos de elaboração de narrativas de cunho político, o Brasil não foge à regra no que tange à busca pelo aprimoramento de sua escrita, oferecendo-lhe um aspecto cada vez mais triunfante.

Por conseguinte, o que caracteriza essa narrativa é a abertura para a sua reescrita, fator que permite a gestação de personagens-chave, imprescindíveis à manutenção das relações de poder. Apesar de concreto, indiferente das interpretações a ele direcionadas, não é sempre que ocorre a possibilidade de interpretação definitiva do fato histórico. Implícito aos novos métodos de escrita da História e tendo a cultura como um de seus elementos constituintes, o relativismo cultural oferece possibilidades para essas distintas interpretações e releituras (BURKE, 2012).

Ainda que sujeita a críticas, essa perspectiva traz, como fator positivo, a possibilidade de se distinguir, na História, entre o que é “central” e o que é “periférico”, o que permite compreender a razão, pela qual, alguns aspectos são mantidos, entre um fato histórico e outro, enquanto que outros se dissipam completamente. Na narrativa envolvendo a figura de

Bernardo Sayão, por exemplo, a imagem do bandeirante é recuperada em representações mais sofisticadas do que as que aparecem em períodos anteriores. Por seu turno, o aspecto “bandeirantista” de sua saga obedeceria à dinâmica inovadora da missão a ele confiada.

Ricardo (1970) havia situado a qualidade do bandeirante em sua habilidade em conectar os diferentes tipos presentes no interior Brasil. Não diferente, Sayão, a partir da junção de forças advindas de distintos braços, aspirou encontrar a energia capaz de garantir a execução dos projetos em que esteve envolvido. Durante o período em que esteve à frente da CANG, Sayão já ocupava uma posição de centralidade, haja vista que o empreendimento reunia, em torno de si, indivíduos vindos de diferentes partes do país, o que contribuiu na construção de sua imagem paterna.

Acerca disso, o jornalista Antônio Callado escreveu que:

[...] o plano das Colônias Agrícolas era fundar essas grandes fazendas a fim de que elas atuassem como um ímã sobre as chamadas populações pseudonômades do interior —na realidade gente sem nenhum peso econômico, sem nenhuma oportunidade, e que flutua pelo país numa vida de felá (CALLADO, 1959, p. 20-23).

A morte precoce, em plena vitalidade expansiva, alude ao sacrifício presente em vultos que o antecederam, a exemplo do próprio presidente Vargas, seu contemporâneo, ou de Tiradentes, em um período mais remoto. Ainda que se afirme que a morte tenha sido categórica na criação do mito, é possível antecipar o seu heroísmo no embate promovido contra a “velha ordem” estabelecida em Goiás. Tal fato havia incitado a cólera, por parte da camada “rotineira”, em relação a Sayão, caso contrário, não teria sido ele demitido da CANG e compelido, por comissões de inquérito, a deixar Goiás após acumular incontáveis processos administrativos intermediados por seus desafetos políticos (PASSOS, 2013).

Nota-se que, embora a conduta “antiburocrática” de Sayão tivesse sido apreciada pelos seus pares, como uma atitude que primava pela rapidez na execução dos projetos, não se deve ignorar a sua apatia em relação ao contexto político nacional. Ao que parece, a entrega ao ofício e a constante fuga, em relação aos encontros na capital do país (Rio de Janeiro), privaram Sayão de uma leitura crítica de seu entorno, impedindo-o de captar o levante dos partidos políticos pelas regiões, sem qualquer intervenção do governo federal, fato que colocava em risco os projetos desenvolvimentistas idealizados por Getúlio Vargas, a exemplo da CANG (PASSOS, 2013).

Apesar da presença da retórica, conforme se observa nos relatos, a narrativa da saga de Sayão não se ampara na ficção. As “linhas de falha” de suas ações provêm da ausência de malícia na lida com o mundo à sua volta, podendo ser, simultaneamente, negativadas como

déficit de estratégia, ou positivadas como despreensão em relação aos interesses políticos. De modo que não há, em suas ações, lacunas instáveis a serem preenchidas por conteúdo extraoficial, tal como ocorre na literatura sobre Tiradentes, haja vista que, diferente do inconfidente, Sayão foi assistido e documentado em tempo real.

Na proposta de abordagem proveniente da Nouvelle Histoire, considera-se o caráter filosófico, sociológico, econômico, político e cultural dos fatos, outrora narrados de forma puramente descritiva. Ao fazer referência a alguns de seus predecessores o fundador da “Escola dos Annales”, Marc Bloch (1886-1944), ressalta que, ao longo da investigação do passado, encontrar o homem, em seu respectivo tempo histórico, é a tarefa elementar do historiador. Não se trata apenas de uma descrição biográfica, mas do resgate da atmosfera da qual respira o personagem investigado. É imprescindível que a vida do biografado esteja vinculada ao contexto externo, caso contrário, tornar-se-á, essa história, uma narrativa constituída de simples sequência cronológica de fatos, sem relevância científica.

De fato, a História não se ocupa de um único objeto, antes, estabelece elementos comuns a quaisquer objetos, desde que se relacionem com o seu lugar no passado. Cardoso (1981) define o objeto da História, que ele chama de “anterior”, como tudo aquilo que antecede algo, o que implica na diferenciação entre história e memória.

No que tange à “memória”, nem sempre o objeto estará preso ao passado, na maioria das vezes ele se situa no tempo presente, fator que vinculará o seu alcance ao nível da capacidade que uma determinada sociedade tem de manter vivas suas diversas lembranças. O fato de Bernardo Sayão ter sido narrado em seu tempo, como parte da “memória” coletiva vigente, per se, exigiria o resgate de elementos oriundos da “história”, a exemplo do “bandeirante”, como condição a conferir-lhe uma forma ordenada e coerente com esse tempo e com ambiente em que se deram os fatos (MOTTA, 2012).

Ainda de acordo com Motta, (2012), a memória estabelece uma linha reta com o passado, a qual é nutrida por lembranças vagas, contraditórias e poucas reflexivas em relação às fontes capazes de embasá-las, mas que deve ser considerada na descrição do fato. Cardoso (1981) destaca que Varnhagen, em sua obra “História Geral do Brasil”, de 1870, já havia traçado procedimentos para separar os fatos anteriores (história) dos posteriores (memória) à Independência do Brasil, numa época em que tal preocupação não ocupava lugar central na atividade historiográfica. Outro fenômeno, intrínseco à análise dos fatos, manifesta-se a partir de informações que induzem o observador à sensação de repetição ou de rememoração.

Uma hipótese para isso estaria nas motivações humanas, a saber, as necessidades, as paixões, os interesses, as qualidades, os talentos entre outras, dos quais decorre o fato

histórico e que são comuns a todos os indivíduos. Não obstante, a dramaticidade, presente na narrativa, procede dos objetivos universais, tais como benevolência (nobre patriotismo) e virtude, tidos como “aperitivos” dentro do quadro de possibilidades da História (HEGEL, 2001). Por último, a conservação da memória coletiva permitirá que, com certa frequência, os fatos apresentem similaridade entre si, quer seja como valorização das representações do imaginário social coletivo ou como usos políticos do passado pelo presente. Como exemplo disso, a Inconfidência Mineira (1789-1792) havia adotado formas e conteúdos análogos aos que estiveram presentes na Revolução Francesa (1789-1799).

Por ora, essas formas e conteúdos teriam procedido do paradigma iluminista, no qual os dois episódios encontravam-se situados. Maxwell (2001) aborda a Inconfidência Mineira como parte da história, como produto de seu tempo, a saber, a segunda metade do século XVIII, que assistiu as muitas discussões de tentativas de reforma imperial.

Nesse sentido, Brasil e França teriam se servido da “crise do antigo regime” para conduzir seus feitos, conforme as suas possibilidades. Assim, conclui-se que as semelhanças (rememorações) assinaladas entre a Inconfidência Mineira e a Revolução Francesa, não decorreram de meras imagens projetadas do passado, haja vista que os eventos são contemporâneos entre si, mas do efeito que as forças sociais produziram sobre a presente época referida (MOTTA, 2012).

Segundo Reis (2003), a construção dos “varões preclaros” tornou-se uma exigência na historiografia nacionalista brasileira, diligenciada por interesses políticos desde os seus primórdios. Com o aparecimento da “Nova História Política”, no último quarto do século XX, houve uma retomada dos escritos biográficos, processo que tencionava recondicionar o indivíduo ao seu papel de sujeito histórico e de protagonista diante dos acontecimentos (PEREIRA, 2015).

No entanto, é preciso se atentar para certos critérios na utilização das biografias e/ou das chamadas “histórias de vida”, haja vista que são, com certa frequência, desqualificadas como “noções do senso comum”, entrando como contrabando no universo científico (BOURDIEU, 2006). Ainda que se tenha traçado o campo da “escrita da História” para refletir acerca do vulto Bernardo Sayão, os desafios da análise biográfica são inumeráveis, já que se trata de algo que beira o senso comum, o qual, por sua vez, descreve a vida – início, meio e fim – sob relatos feitos segundo uma retórica apaixonada. Não obstante, o final dessa descrição é sempre apresentado em tom triunfante, “como se estivesse descrevendo um caminho, uma estrada, uma carreira cheia de ardis e até emboscadas” (BOURDIEU, 2006).

Conforme Bloch (2002), por trás dos grandes vestígios sensíveis da paisagem, ou

seja, os artefatos ou as máquinas, por trás dos escritos aparentemente mais insulsos e das instituições visivelmente mais desconexas daqueles que as criaram, são os homens que a história pretende capturar. É sobre os ombros destes homens –entre os quais Sayão se notabiliza –que recai a responsabilidade pelas alterações ratificadas no tempo e no espaço.

De acordo com Cardoso e Brignoli (1983) sempre é possível encontrar informações já ratificadas em outros períodos da história. Como exemplo disso, na história nacional, a Comissão Geográfica e Geológica do Estado de São Paulo – CGG (1886-1931), um projeto genuinamente orientado pela proposta de ruptura das fronteiras do país, recuperou parte dos métodos provenientes de sua antecessora, a Comissão Geológica do Império do Brasil (1875-1878).

Igualmente, a construção da Companhia Estrada de Ferro Noroeste do Brasil – CEFNOB (1906) compartilha das mesmas dificuldades com a Estrada de Ferro Madeira-Mamoré (1907-1912), sobretudo em relação às condições nosológicas, as quais abriram caminhos para o avanço da ciência, através de figuras como Oswaldo Cruz (1872-1917) e seu discípulo Arthur Neiva (1880-1843), mas também pelo confronto com os indígenas, o qual elevaria o número de mortos ao longo da construção da CEFNOB (GHIRARDELLO, 2002).

Cabe ainda dizer que a “Questão do Acre” corroborou a construção do vulto sobre a pessoa de José Maria da Silva Paranhos Júnior, o “Barão do Rio Branco”, na medida em que este, por meio do Tratado de Petrópolis, de 1903, pôde evitar a extensão do conflito entre brasileiros e bolivianos pela região (GONÇALVES, 2018).

1.3 Os problemas da preservação do patrimônio histórico-cultural presente no Memorial Bernardo Sayão

Dados os processos históricos de surgimento de Ceres bem como os modos pelos quais se ressalta a figura de Bernardo Sayão em tal interim, denota-se também a importância de apresentar os problemas da preservação do patrimônio histórico-cultural local, que muitas vezes surge padece de descaso por parte do poder público, sendo pouco representado em escolas e pouco conhecimento social. Tomamos como justificativa a relevância deste tema para a memória local e nacional bem como seu papel nos processos identitários do grupo social em que o mesmo está inserido, além de buscar levar a história da cidade de Ceres, a importância da preservação do patrimônio histórico cultural local ao conhecimento da sociedade, escolas, órgãos públicos e principalmente expor aos mais jovens, traços marcantes da identidade histórica, não só da cidade de Ceres, mas de toda a região do Vale do São Patrício.

O patrimônio cultural inclui todos os recursos materiais ou naturais que foram construídos ou preservados ao longo do tempo. Possui intenso vínculo cultural com as identidades locais e do mesmo modo possui elementos importantes para a compreensão de como a sociedade se desenvolve, além de ser uma ferramenta de pesquisa (MATIAS, 2010). O que decide se um bem cultural é patrimônio cultural é sua importância histórica para a constituição identitária da cultura de um povo e a importância da preservação desse bem para a concludente manutenção cultural daquele povo. O artigo 216 da Constituição Federal de 1988 define que “Os bens de natureza material e imaterial constituem o patrimônio cultural do Brasil, individual ou coletivamente, e são referências às identidades, ações e memória dos diversos grupos que compõem a sociedade brasileira” (CUNHA FILHO, 2011, p. 48).

Todos os âmbitos políticos são capacitados pela defesa dos itens com interesse cultural. Suas políticas deverão realizar atos de preservação cultural, de forma a impedir a destruição dos itens culturais, em conformidade dispõe o inciso III, do artigo 23 da Constituição Federal Brasileira (1988):

Art. 23. É capacidade comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios: (...) III - defender os documentos, as obras e outros itens de valor histórico, artístico e cultural, os monumentos, as paisagens naturais notáveis e os sítios arqueológicos;

Os municípios estão incorporados nesta atividade, de forma que, em sua sustentação administrativa é comum a existência de secretarias vinculadas à cultura. O artigo 30 da Constituição Federal Brasileira (1988) delinea as competências municipais onde a administração se assegura para se estruturar, em conformidade se segue:

Art. 30. Compete aos Municípios: I – prescrever sobre assuntos de interesse local; II - complementar a legislação federal e a estadual no que couber; (...) VII- publicar, no que couber, adequado ordenamento territorial, mediante elaboração e domínio da utilização do parcelamento e da ocupação do solo urbano; VIII- promover a segurança do patrimônio histórico-cultural local, notada a legislação e a atividade fiscalizadora federal e estadual.

No que discorre a respeito à interesse local tem significado atender às relevâncias locais, próprias daquela coletividade, mesmo que tenham reprodução sobre o Estado e legislar suplementarmente à legislação federal e estadual no que couber significa mencionar, atuar onde tiver possibilidade.

Interpretando-se o artigo 216, parágrafo 1º, com o artigo 30, IX, da Constituição Federal, subentende-se que o município tem a opção de legislar, cabendo publicar a defesa

cultural dentro de suas restrições de atuação e no artigo 30, I, da Constituição Federal que assegura que compete ao Município legislar sobre assuntos de interesse local. A legislação é existente, mas para se pôr em atividade a defesa do patrimônio cultural depende-se do livre arbítrio político e de atividades administrativas para complementá-las (BRASIL, 1988).

Oliveira (2014, p. 227) professor de arqueologia da universidade de letras em Lisboa em relação a essa temática afirma que:

Patrimônio é um elemento da cidadania e da identidade. Não deve, não pode ser imposto de cima da autoridade do Estado; deve ser incorporado pelo tal como conjunto dos cidadãos [...] deve ter um sentido mais ascendente do que descendente, embora conforme os valores em causa existem vários tipos de responsabilidade em relação ao que consideramos patrimônio.

Por se tratar de bens com valores culturais da comunidade ceresina, este trabalho também se insere no campo da História Cultural, tema esse que tem passado por um crescimento nas últimas décadas, e para Burke (2008, p. 15) “a história cultural não é uma descoberta ou invenção nova. Já era praticada na Alemanha com o nome (*kulturgeschichte*) há mais de 200 anos”. A História Cultural desde então, tem ganhado espaço e muitos historiadores aprenderam usar o termo cultura em sentido muito mais abrangente associando as mais diversas áreas do conhecimento.

Pode-se então dizer que o patrimônio é um exemplo certo de que uma cidade é marcada por suas construções, e representações intangíveis e embora ocorram mudanças, seus vestígios subsistem para contarem sua história e difundir sua cultura. De acordo com a Constituição Federal (1988), em seu artigo 30º, compete aos municípios cuidar dos monumentos que compõem o patrimônio local, conforme exposto no Inciso IX que diz ser necessário: “promover a proteção do patrimônio histórico cultural observando a legislação estadual e a ação fiscalizadora federal e estadual sendo que para isso são disponibilizadas verbas para se façam restaurações e manutenções”.

Em âmbito federal o órgão competente pelo processo de reconhecimento e tombamento é o IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional no qual se caracteriza como uma autarquia federal que se vincula ao Ministério da Cultura. No âmbito estadual e municipal a atribuição será conferida a órgão criado para esse fim.

Observa-se que preservar o patrimônio histórico cultural é relacioná-lo com as interações humanas a ele ligadas. O que torna um bem dotado de valor patrimonial é a atribuição de sentidos ou significados que tal bem possui para determinado grupo social, justificando assim sua preservação.

A preservação do patrimônio histórico estipula-se a circunstância de que a vida de uma comunidade, de um povo, está vinculada ao seu passado, à sua vivência, às modificações ocorridas na sua história. Conforme Chartier (1990, p. 24) “a prevenção tem por finalidade guardar a memória dos ocorridos, suas origens, seu motivo de ser”. Dessa forma, torna-se também imprescindível vincular os indivíduos e a sociedade com os bens materiais e imateriais, visto que uma cidade, em seu cotidiano, tem sua identidade ressaltada nos lugares conforme a memória os indivíduos determinam no dia a dia.

Os bens que compõem os elementos que estabelecem o patrimônio são os ícones da memória, funcionando também como reflexos vivos um reflexo vivo do passado no presente, facilitando a interação do ontem com o hoje, transmitindo conhecimentos e moldando a identidade das pessoas.

Quando falamos em preservação da memória e do patrimônio histórico, focamos automaticamente no conceito de identidade, seja cultural, social, econômica, artística ou mesmo religiosa. Assim, de acordo com o historiador francês Jacques Le Goff (1990), a memória completa a conexão entre as gerações humanas e o tempo histórico que as acompanha. Essa relação passa a ser afetiva e permite que essas pessoas se vejam como sujeitos da história, que têm direitos e responsabilidades em relação ao seu local de residência. No mesmo sentido, a visão de Pollack (1992) reflete a respeito da memória enquanto acepção não exclusivamente do que aconteceu no passado, mas como reverberação no tempo presente e em seus conflitos.

O conceito de constituição de um patrimônio histórico e artístico nacional se originou com a Revolução Francesa e no decorrer do século XIX se tornou um aspecto indispensável dos estados nacionais que se formavam naquele tempo. A idealização de “patrimônio histórico”, desta forma, é um conceito posterior ao de nação, mas também se vincula ao processo de construção da nacionalidade (GANDELMAN, 2006). A memória desta forma também é um elemento primordial nessa construção e não é por acaso que alguns dos órgãos e associações que lidam com a memória nacional e histórica do Brasil foram criadas no período do século XIX.

Le Goff (1990, p. 47) afirma que “a memória coletiva é o outro lado da história, que se apoia em documentos e dados científicos. A memória, onde cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir o presente e o futuro”. A memória coletiva se forma no seio da sociedade, que a alimenta, geração após geração, formando a identidade cultural da qual parte a base do estado nacional.

Relacionado a identidade tem-se a social e coletiva as quais promovem o princípio da integração social, onde a identidade constrói o sujeito em uma estrutura. Consolida tanto os

sujeitos como o mundo cultural em que vivem, ambos previsíveis um do outro” (FREIRE, 2006, p. 58). Assim, uma pessoa forma sua identidade social aceitando seu pertencimento a um grupo social, ao mesmo tempo em que busca os valores do significado emocional associado a esse pertencimento.

A identidade manifesta-se como um acontecimento sociocultural que abrange a aquisição da cidadania do indivíduo local. Nessa situação, estruturas que cultivam a identidade social, incluindo o sentimento de pertencimento e a subjetividade coletiva, levam à capacidade de superação de determinados interesses em prol do bem comum (FREIRE, 2006).

Por conseguinte, percebe-se que patrimônio histórico e cultural tem sua origem no sentimento de identidade e afirmação, que surgem no processo de formação dos estados nacionais. Os homens têm a necessidade de se identificar com os grupos a que pertencem e a se diferenciar dos outros. O patrimônio histórico comum reforça esta identidade e a consequente alteridade.

2 OS RESULTADOS ALCANÇADOS (ACERCA DO BEM CULTURAL PESQUISADO)

Compreende-se que a edificação de vultos, da linhagem de Tiradentes, por exemplo, incidiu em um projeto de longo alcance no passado, cujo objetivo maior era instituir uma “ordem” no Brasil, depois de proclamada a sua independência, como forma de unificação para um território que existia enquanto tal, mas subsistia enquanto nação (CAINELLI, 2004; MORAES, 2008).

Nesse intento, a atuação de homens e mulheres, em diferentes lugares e épocas, inaugurou uma literatura cívica que almejava não apenas denotar o contexto histórico, mas a vida de seus personagens de forma mais detalhada. Essa é uma característica que circunda a figura do engenheiro Bernardo Sayão, evocada toda vez que o desenvolvimento do Planalto Central do Brasil é colocado no centro do debate público.

Por sua vez, a alcunha póstuma de “bandeirante moderno” decorreu, em termos, do processo tardio de modernização do estado de Goiás, o qual tinha como demanda maior a conexão entre lugares, ambiente preferido de Sayão.

Acerca disso, Ricardo (1970) parece disfarçar uma tentativa de dilatar a imagem do “bandeirante”, que, em sua origem, surge como herói regional paulista, a fim de torná-lo herói de toda a pátria e assim conter a insatisfação de São Paulo que, desde a Revolução Constitucionalista de 1932, não via com simpatia a centralização política do governo Vargas. De qualquer maneira, a alcunha rememora personagens como Bartolomeu Bueno da Silva (1647- 1740), o “Anhanguera”, juntamente com seu pai homônimo, as quais se mantêm vivas no imaginário popular como atores históricos no processo de formação de Goiás.

De fato, Bernardo Sayão não reconstrói o estereótipo “aventureiro” do bandeirante movido pela cobiça do ouro. Longe disso, seu feitio projetista sagrou sua imagem como artífice na construção do Brasil moderno, tanto pela via fundiária, através do plano de reforma agrária assentado na Colônia Agrícola Nacional de Goiás (CANG), como pela liberação dos fluxos, a partir da abertura da rodovia Belém-Brasília.

O lócus, no qual ele se construiu como personagem desse processo, teria sido preparado por vultos como o General José Vieira Couto de Magalhães (1837-1898), cujas ações vislumbravam dinamizar o comércio regional, através da navegação fluvial, e também por Pedro Ludovico Teixeira (1891- 1979), figura que esteve alinhada à Revolução de 1930 no enfrentamento das velhas oligarquias e no esforço pela modernização do Estado de Goiás (ASSIS, 2018). Além dos vultos que se notabilizaram no Planalto Central, caberia ainda

mencionar o Marechal Cândido Rondon e suas proezas pela Bacia Amazônica e Mato Grosso, as quais soavam recentes nos tempos de Sayão.

No que diz respeito à historicidade de sua personalidade, nota-se nele a forte herança da tradição do desbravamento do Brasil, marcada pela forma fatídica, exaustiva, desgastante e perigosa de sua realização. No que infere ao arquétipo que se construiu no imaginário sobre sua figura, Sayão sintetiza, em seu perfil, a imagem do homem moderno, criativo, inclinado às transformações e disposto a enfrentar a “velha ordem”, a partir de formas mais elaboradas. Concomitantemente, o homem (também ligado a essa figura construída) “Bernardo Sayão”, através da representação do indivíduo destemido, atlético, bem afeiçoado, gentil, culto, porém singelo, o qual tratava os seus pares com um decoro pouco visto no perfil do antigo “coronel”, ganha dimensões em uma época em que a bravura de um homem se restringia à arma que este trazia na cintura ou à sua fortuna.

2.1 A constituição do herói como estratégia de integração da sociedade brasileira

Dotada de um ardor prosaico e de uma forma romântica de nacionalismo, as primeiras “letras historiográficas” sobre a colonização do Brasil, difundidas, inicialmente, por Carl Friedrich Philipp Von Martius (1794-1868) e Francisco Adolfo de Varnhagen (1816-1878), revelam um típico pacto entre o conservadorismo e aquilo se convencionou chamar no Brasil de “positivismo”.

Apesar das incongruências, ambos são tidos como sistemas de ideias distinguidos por uma obsessiva formulação de princípios gerais. Ao conservadorismo, presente no Brasil desde a sua formação, interessava a manutenção do aspecto heroico do colonizador europeu, enquanto que esse “positivismo eclético”, mais atuante durante as décadas que antecederam e sucederam a Primeira República, idealizava a possibilidade de se listar outros “padrões”, com os quais a coletividade estaria habituada, mas que, no entanto, a diversidade da experiência histórica tendia a ocultar (BARROS, 2011).

Com relação aos primeiros vultos, capturados por essa escrita, sobressalta – em quase todos – uma combinação de rusticidade e personalidade dúbia. A efigie do “pai histórico” ou do “Adão sem culpa” repousa sobre as primeiras individualidades, a exemplo de Diogo Álvares Correia (1475- 1557) e João Ramalho Maldonado (1493- 1580), protagonistas de uma trama de aproximação entre colonizador e colonizado, cuja atuação abriria caminho para a fundação de uma dinastia mameluca.

Paralelo à imagem do português, que na concepção eurocêntrica da história era tido

como branco, o mameluco foi, em seguida, associado à figura do “bandeirante”, na pretensão de forjar neste uma ancestralidade. Assim, o adjetivo “velho” passou a acompanhar o nome de muitos deles, a exemplo de Francisco Dias Velho (1622-1677), Domingos Jorge Velho (1641-1701) entre outros, cuja atuação foi prestigiada em virtude da audácia e aptidão persuasiva diante dos nativos (RICARDO, 1928).

Ainda que inovador, sob o ponto de vista metodológico, Varnhagen (2020) havia se revelado hostil ao “estado selvagem” dos indígenas, buscando romper as vinculações entre o presente e o passado nativo do Brasil. Para ele, o “português”, que não havia degenerado a sua filiação galego- asturiana, nem corrompido o valor de suas articulações latinas, deveria manter-se como “cabeça” nesse processo. Em contrapartida, devido ao nível de “degeneração” em que se achavam os nativos, o futuro da nação não poderia ter suas raízes fincadas no ethos original, mas naquele estabelecido com o desbravamento, conservando-se assim o vínculo com a “pátria-mãe”. Não obstante, a memória nativa limitar-se-ia à ficção, tal como se observa na extensa literatura nacional, sendo vista como “anti-modelo” para se pensar o futuro da nação.

No âmago da criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), em 1838, já se observava um esforço em prol de um estereótipo de herói para a nação. Tal personagem descenderia das camadas abastadas, possuiria uma genealogia “pura”, conforme a sugestão de Varnhagen, e teria estimável erudição. O intuito era oferecer uma historiografia ao gosto das elites nacionais, detentoras do poder de decisão e do controle dos aparelhos de repressão. Além disso, buscava-se também unir a sociedade em torno de uma concepção única da história, neutralizando assim os potenciais levantes separatistas, oriundos do recente processo de independência no Brasil (CARVALHO, 1990).

Desde então, a construção dos vultos nacionais se viu caracterizada pelo desafio de reunir, em um único perfil: requinte das elites e afabilidade das camadas populares. Apesar de não explicar, esse procedimento abre uma hipótese para a causa da anulação ou negatificação do protagonismo de alguns vultos surgidos em períodos anteriores. Presume-se que notáveis como Potiguaçu (±1600- 1648), Henrique Dias (?-1662) e Zumbi dos Palmares (1655-1695) tenham sido rejeitados em razão de suas características fenotípicas, ou seja, o fato de serem negros e/ou indígenas teria os privado de quaisquer prestígios, em uma época dominada pela “teoria das raças” e pela eugenia.

Taunay (1922), em compilação encomendada pelo Museu Paulista, apresenta 32 vultos da independência, dos quais somente três descendem de famílias não abastadas, sendo duas mulheres, a abadessa Joanna Angélica de Jesus (1761 -1822), morta após ter o peito perfurado por uma baioneta, às portas do Convento da Lapa na Bahia, onde residia, e Maria

Quitéria de Jesus Medeiros (1792- 1853), que havia lutado corajosamente durante a guerra pela independência, numa época em que as mulheres eram praticamente anuladas da vida social. Para alistar-se às tropas baianas, Maria Quitéria trajava-se de homem, adotando o pseudônimo de “José Maria”. O terceiro listado havia sido Antônio Pereira Rebouças (1798-1880), filho de pais escravizados, lembrado como o pai de André Rebouças (1838-1898), um dos mais importantes abolicionistas.

Conforme dito, as primeiras escritas historiográficas oficiais haviam se inspirado no ethos do desbravamento, tendo, uma parte dos autores, adotado a “convivência” como recurso metodológico. Von Martius, enquanto representante dessa escola, aconselhava os historiadores de sua época a viajar pelas regiões a fim de adquirir uma visão panorâmica do território, a qual fosse eficaz em orientar o imperador, visto por ele como figura central da narrativa, em suas tomadas de decisão.

Logo cedo, Von Martius havia compreendido que, pelo fato de se tratar de um território de dimensões continentais, o Brasil sustentava profundas diferenças regionais, as quais variavam entre as distintas paisagens naturais, os diferentes povos, as inúmeras paixões e, por conseguinte, as novas demandas (REIS, 2003). Deste modo, a tarefa inicial do historiador incidiria em reunir tais elementos heterogêneos para que, a partir destes, se formulasse uma síntese que fosse capaz de promover a superação dos estereótipos e preconceitos que distanciavam as regiões entre si.

Por sua vez, essa síntese implicaria no diálogo, entre as interpretações vigentes, mediado pela reciprocidade do “reconhecimento” e da “contrastação” (REIS, 2003). Por último, para que fosse oficializada, tal interpretação careceria de uma porção estimável de nacionalismo, de modo a dissipar a desconfiança das populações regionais, evitando-se, desta forma, as agitações que pusessem em risco a integridade do território e a estabilidade do império.

Esta forma de lidar com a questão territorial, propalada através dos escritos do IHGB, foi absorvida pelas autoridades nacionais, tornando-se parte constituinte da política sustentada durante o segundo reinado e, em parte, na Primeira República. Por mais árdua que se revelasse essa tarefa, o anseio por uma história nacional, capaz de legitimar o poder do governante, já estava prenunciado nas origens do IHGB. Sua proposta fundante consistia em recuperar do passado as referências luso-brasileiras adequadas, a saber, os grandes vultos, os varões preclaros, as efemérides do país, os filhos distintos pelo saber e pelas qualidades (REIS, 2003). De modo geral, o objetivo era fazer da história nacional um memorial dos antepassados lusitanos, tornando-os modelos para as futuras gerações.

Com a Proclamação da República em 1889, novos ideais foram sendo acrescentados à escrita histórica, desta vez, advindos das três ideologias influentes do período: o liberalismo, o jacobinismo e o “positivismo”. O “positivismo” havia se revelado o mais ousado em seu ideário civilista de alcançar o imaginário coletivo, a fim de recriá-lo dentro de uma redoma de valores e princípios republicanos (CARVALHO, 1990). Sua noção de “civilização”, recuperada da colonização, concebia as três raças, todavia, privilegiando as classes abastadas (brancas). Tal prerrogativa visava conduzir uma sociedade diversa, cuja integração estaria alvitrada na esperança de um ideal coletivo de emancipação, isto é, oferecido a todos os indivíduos, porém com efetividade para poucos (MICELI, 1994).

Essa busca por novos valores foi intensificada a partir das missões de desbravamento no final do século XIX em diante, a começar pela Missão Cruls, em 1892, pelas expedições chefiadas pelo Marechal Rondon, ícone central dessa etapa, ou pela expedição Roncador-Xingu, conduzida, inicialmente, pelo Coronel Flaviano de Mattos Vanique e, em seguida, pelos irmãos Cláudio e Orlando Villas-Bôas. Essas ações estiveram incumbidas de sondar as regiões “desconhecidas” do território (Planalto Central e Amazônia), cujas informações oficiais remanesciam dos itinerários dos viajantes naturalistas estrangeiros, sendo incrementadas por especulações oriundas do senso comum.

Além disso, o “velho espírito do desbravador” via-se revitalizado, uma vez que as próprias condições naturais, como o difícil acesso por caminhos longínquos e tortuosos, em condições de risco, tanto pelas epidemias como pelos potenciais conflitos com os indígenas, contribuiria para a construção do heroísmo sobre diferentes espíritos (REIS, 2003). Há que se dizer que as primeiras orientações do IHGB, sugeridas no passado por Von Martius, em relação ao “fazer historiográfico”, não estiveram deslocadas dos rumos tomados pelos governantes ao longo desta etapa. Deste modo, a escrita histórica esteve associada à prática de pesquisa, gênero literário ou forma de registro de processos e acontecimentos, distinta da História contemporânea, vinculada a uma dimensão teórica, a qual reivindica a cientificidade de sua interpretação dos fatos (BARROS, 2011).

Ao historiador, narrar uma história não é revivê-la, mas incide em uma operação cognitiva, a qual exigirá uma teorização (REIS, 2012). Trata-se de uma análise dentro de um tempo histórico – sobre o qual serão erguidas as personalidades, conforme será tratado mais adiante – e do caráter heroico procedente da forma de narrativa dos fatos. Com relação a isso, o Brasil não foge à regra no que tange à busca pelo aprimoramento de sua narrativa, oferecendo-lhe um aspecto cada vez mais triunfante. Por conseguinte, o que caracteriza essa narrativa é a abertura para a sua reescrita, fator que admite a gestação de personagens-chave, imprescindíveis

à manutenção das relações de poder.

Apesar de concreto, indiferente das interpretações, não é sempre que ocorre a possibilidade de interpretação definitiva do fato histórico. Implícito aos novos métodos de escrita histórica e tendo a cultura como um de seus elementos constituintes, o relativismo cultural oferece possibilidades para essas distintas interpretações e releituras (BURKE, 2012). Mesmo diante de críticas, essa perspectiva apresenta, como fator positivo, a possibilidade de se distinguir entre o que é “central”, ou seja, que detém solidez, e o que é “transitório” na História, permitindo compreender a razão, pela qual, alguns aspectos são mantidos, entre um fato e outro, enquanto que outros se dissipam completamente. Na narrativa envolvendo a figura de Bernardo Sayão, por exemplo, a imagem do bandeirante é recuperada em uma versão mais sofisticada do que as que aparecem em períodos anteriores.

Pode-se dizer que o aspecto “bandeirantista” de sua saga obedecia à dinâmica inovadora da missão a ele confiada. Ricardo (1970) havia situado a qualidade do bandeirante em sua habilidade em conectar os diferentes tipos presentes no interior do Brasil. Assim também, ao empregar a força de trabalho advinda dos mais diferentes lugares, Sayão, pôde garantir a eficácia capaz de assegurar a efetivação de seus projetos. Durante o período em que esteve à frente da CANG, Sayão já assumia uma posição de centralidade, haja vista que o próprio projeto o colocava nesta condição, ao reunir pessoas vindas de diferentes partes do território nacional:

[...] o plano das Colônias Agrícolas era fundar essas grandes fazendas a fim de que elas atuassem como um ímã sobre as chamadas populações pseudonômades do interior — na realidade gente sem nenhum peso econômico, sem nenhuma oportunidade, e que flutua pelo país numa vida de felá9 (CALLADO, 1959, p. 20-23).

A morte precoce, em plena vitalidade expansiva, alude ao sacrifício presente em vultos que o antecederam, a exemplo do próprio presidente Vargas, seu contemporâneo, ou de Tiradentes, em um período mais remoto. Ainda que se afirme que a morte tenha sido categórica na criação do mito, é possível antecipar o seu heroísmo no embate incidido contra a “velha ordem” estabelecida. Tal fato teria provocado a fúria da ala “rotineira”, caso contrário Sayão não teria sido demitido da CANG e constrangido, por meio das comissões de inquérito, a deixar Goiás após ter acumulado inumeráveis processos administrativos intermediados por seus desafetos políticos (PASSOS, 2013).

Nota-se ainda que, embora a conduta antiburocrática fosse apreciada pelos seus pares, como algo que primava pela rapidez na execução das tarefas, não se deve ignorar a apatia

de Sayão em relação ao contexto político. É possível que essa entrega ao cargo somada às constantes fugas, em relação aos compromissos na capital do país (Rio de Janeiro), tenha-o impedido de perceber o levante dos partidos políticos pelas regiões, sem a intervenção do governo federal, fato que colocaria em risco os projetos idealizados por Vargas, a exemplo da CANG (PASSOS, 2013).

A despeito da presença retórica, conforme observada nos relatos, a narrativa da saga de Sayão não se vale da ficção, em vez disso, as “linhas de falha” de suas ações provêm da ausência de malícia na lida com o mundo à sua volta. Assim, esse quadro pode ser, simultaneamente, “negativado” como déficit de estratégia, ou “positivado” como despreensão em relação aos interesses políticos. De modo geral, não há, em suas ações, lacunas instáveis a serem preenchidas por conteúdo extraoficial, tal como ocorre na literatura sobre Tiradentes¹⁰, haja vista que, diferentemente do inconfidente, Sayão foi assistido e documentado ao longo de toda sua trajetória.

Na abordagem proveniente da Nouvelle Histoire, considera-se o caráter filosófico, sociológico, econômico, político e cultural dos fatos, outrora narrados de modo meramente descritivos. Ao fazer referência a alguns de seus predecessores Bloch (2002), ressalta que, ao longo da investigação do passado, encontrar o homem, em seu respectivo tempo histórico, é a tarefa elementar do historiador. Não se trata apenas de uma descrição biográfica, mas do resgate da atmosfera da qual respira o personagem investigado. Logo, é fundamental que a vida do biografado esteja vinculada ao contexto externo, caso contrário, tornar-se-á, essa história, uma narrativa constituída de simples sequência cronológica dos fatos, sem proeminência científica.

É certo que a História não se ocupa de um único objeto, antes, estabelece elementos comuns a quaisquer objetos, desde que se relacionem com o seu lugar no passado. Conforme Cardoso (1981) o objeto da História, que ele chama de “anterior”, corresponde a tudo aquilo que antecede algo, o que implica na diferenciação entre história e memória. Com relação à “memória”, nem sempre o objeto estará preso ao passado, na maioria das vezes ele se situa no tempo presente, fator que vinculará o seu alcance ao nível da capacidade que uma determinada sociedade tem de manter vivas suas diferentes lembranças. O fato de Bernardo Sayão ter sido narrado em seu tempo, como parte da “memória” coletiva vigente, per se, exigiria o resgate de elementos oriundos da “história”, a exemplo do “bandeirante”, como condição a conferir-lhe uma forma ordenada e coerente com esse tempo e com ambiente em que se deram os fatos (MOTTA, 2012).

De acordo com Motta, (2012), a memória estabelece uma linha reta com o passado, a qual é nutrida por lembranças vagas, incongruentes e pouco reflexivas em relação às fontes

capazes de embasá-las, mas que devem ser consideradas na descrição do fato. Cardoso (1981) destaca que Varnhagen, em sua obra “História Geral do Brasil”, de 1870, já havia traçado procedimentos para separar os fatos anteriores (história) dos posteriores (memória) à Independência do Brasil, numa época em que tal preocupação não ocupava lugar central na atividade historiográfica.

Outro fenômeno, intrínseco à análise dos fatos, manifesta-se a partir de informações que induzem o observador à sensação de repetição ou de rememoração. Uma hipótese para isso estaria nas motivações humanas, a saber, as necessidades, as paixões, os interesses, as qualidades, os talentos entre outras, das quais decorre o fato histórico e que são comuns a todos os indivíduos. Não obstante, a dramaticidade, presente na narrativa, procede dos objetivos universais, tais como benevolência (nobre patriotismo) e virtude, tidos como “aperitivos” dentro do quadro de possibilidades da História (HEGEL, 2001). Por último, a conservação da memória coletiva permitirá que, com certa frequência, os fatos apresentem similaridade entre si, quer seja como valorização das representações do imaginário social coletivo ou como usos políticos do passado pelo presente.

Como exemplo, a Inconfidência Mineira (1789-1792) havia adotado formas e conteúdos análogos aos que estiveram presentes na Revolução Francesa (1789-1799). Por ora, essas formas e conteúdos teriam procedido do paradigma iluminista, no qual os dois episódios encontravam-se situados. Maxwell (2001) aborda a Inconfidência Mineira como parte da história, como produto de seu tempo, a saber, a segunda metade do século XVIII, que assistiu as muitas discussões de tentativas de reforma imperial. Nesse sentido, Brasil e França teriam se servido da “crise do antigo regime” para conduzir seus feitos, conforme as suas possibilidades. Assim, conclui-se que as semelhanças (rememorações) assinaladas entre a Inconfidência Mineira e a Revolução Francesa, não decorreram de meras imagens projetadas do passado, haja vista que os eventos são contemporâneos entre si, mas do efeito que as forças sociais produziram sobre a presente época referida (MOTTA, 2012).

De acordo com Reis (2003), a construção dos “varões preclaros” tornou-se uma exigência na historiografia nacionalista brasileira, diligenciada por interesses políticos desde os seus primórdios. Por sua vez, Pereira (2015) aponta que, com o aparecimento da “Nova História Política”, no último quartel do século XX, houve uma retomada dos escritos biográficos, esse processo reconduziu o indivíduo ao seu papel de sujeito histórico, revitalizando o seu uso político. Assim, tornar-se-á necessário atentar-se para certos critérios na utilização das biografias e/ou das chamadas “histórias de vida”, haja vista que são, com certa frequência, desqualificadas como sendo “noções do senso comum”, aparecendo como contrabando no

universo científico (BOURDIEU, 2006).

Embora se tenha escolhido o campo da “escrita da História” para refletir acerca do vulto Bernardo Sayão, o contato com a sua biografia, ainda que de forma parcial, tornar-se-á inevitável. Igualmente, a adaptação desse material, a fim de torná-lo apto, enquanto fonte histórica, constitui um desafio tão intrincado quanto o próprio trabalho do biógrafo, sobretudo, quando este detém vínculos com o biografado, fator que exigirá uma filtragem desse conteúdo.

Conforme havia dito Bloch (2002), por trás dos grandes vestígios sensíveis da paisagem, ou seja, os artefatos ou as máquinas, por trás dos escritos aparentemente mais insulsos e das instituições visivelmente mais desconexas daqueles que as criaram, são os homens que a história pretende capturar. É justamente sobre os ombros destes homens, a exemplo de Bernardo Sayão, que recai a responsabilidade pelas alterações ratificadas no tempo e no espaço.

2.2 Repetições e memórias: Bernardo Sayão como síntese do heroísmo nacional

O pai de Bernardo Sayão, João Carvalho de Araújo, trabalhou durante muitos anos na Estrada de Ferro Central do Brasil, e foi dele que Bernardo teria ouvido as primeiras histórias envolvendo a conexão entre as regiões do país. Na década de 1930, Luís Simões Lopes (1903-1994), engenheiro-agrônomo nomeado diretor do Departamento Administrativo de Serviço Público (DASP) o recomendaria ao presidente Getúlio Vargas, para integrar o Ministério da Agricultura. Após ocupar diferentes funções no órgão, Sayão foi nomeado administrador da Colônia Agrícola Nacional de Goiás (CANG), projeto de reforma agrária a compor a “Marcha para o Oeste” durante o Estado Novo (1937-1945).

Deste modo, sua trajetória, à frente de projetos nacionais de desenvolvimento, pode ser dividida em duas etapas, iniciando-se no primeiro governo Getúlio Vargas (1930-1945), interrompendo-se no final do governo Eurico Gaspar Dutra (1946-1951) e retornando junto às eleições que sagraram Juscelino Kubistchek presidente da República (1956-1961) e José Ludovico de Almeida governador de Goiás, tendo como vice o próprio Bernardo Sayão. De 1941 a 1950, Sayão esteve à frente da Colônia Agrícola Nacional de Goiás (CANG), enquanto que, de 1955 a 1959, foi diretor da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil (Novacap), departamento responsável pela abertura da rodovia Belém-Brasília.

Sayão (1984) rememora o gênio descontraído e informal de seu pai, enquanto estava à frente da CANG, o qual não se reprimia em apelidar de “Zé Toco” um colono portador de um membro mutilado, tampouco de “Zé Ximbica” o proprietário de um veículo velho. Apesar de

politicamente incorreta, para os dias atuais, essa forma de abordagem era corriqueira entre seus pares, atuando como um “fio condutor” de aproximação, numa época em que as regras de convívio eram sancionadas pela anuência de cada partícipe, indiferente se esse consentimento procedesse do grau de instrução, de alguma forma de intimidação ou da inibição do interlocutor.

A abordagem envolvendo a figura de Sayão, assim como a comparação de suas ações com as de outros vultos emergidos do processo de modernização do Brasil, suscita no observador a sensação de reprise da história. Seus feitos confundem-se com os de outras personalidades já consagradas pela aventura propiciada pela expansão das fronteiras do país. De acordo com Cardoso e Brignoli (1983) sempre é possível encontrar informações já ratificadas em eventos passados.

São muitos os exemplos disso na história nacional, a saber, a Comissão Geográfica e Geológica do Estado de São Paulo – CGG (1886-1931), um projeto genuinamente norteado pela proposta de ruptura das fronteiras do país, recuperou parte dos métodos oriundos de sua antecessora, a Comissão Geológica do Império do Brasil (1875-1878). Igualmente, a construção da Companhia Estrada de Ferro Noroeste do Brasil – CEFNOB (1906) compartilha das mesmas dificuldades com a Estrada de Ferro Madeira-Mamoré (1907-1912), sobretudo no que diz respeito às condições nosológicas, as quais abriram caminhos para o avanço da ciência, através de figuras como Oswaldo Cruz (1872-1917) e Arthur Neiva (1880-1843), mas também pelo conflito com as etnias indígenas, o qual elevaria o número de mortos no caso da CEFNOB (GHIRARDELLO, 2002). Cabe dizer que a “Questão do Acre” corroborou a construção do vulto sobre a pessoa de José Maria da Silva Paranhos Júnior, o “Barão do Rio Branco”, na medida em que este, por meio do Tratado de Petrópolis, de 1903, pôde evitar a extensão do conflito entre brasileiros e bolivianos pela região (GONÇALVES, 2018).

Conforme Rohther (2019), enquanto componente da “Marcha para o Oeste”, a Expedição Roncador-Xingu ostentava posições que já eram defendidas pelo Marechal Rondon, a exemplo do lema: “morrer se preciso for, matar nunca”. Outro exemplo está na Comissão de Linhas Telegráficas Estratégicas de Mato Grosso ao Amazonas – CLTEMTA (1907-1915), cujo objetivo era estender a comunicação da capital Rio de Janeiro até as fronteiras com o Paraguai e a Bolívia. Além da ligação telegráfica, a missão médico-militar, com todas as dificuldades já alistadas, forjaria o heroísmo na pessoa do Marechal Rondon (PEREIRA, 2018).

Todavia, se por um lado o “telégrafo” foi tido como símbolo de integração na expedição de Rondon, por outro, a “estrada” cumpriria essa função na trajetória de Sayão, visto que, conforme avançava, ela conectava pessoas e lugares, revitalizando as cidades, ressignificando os espaços e ratificando a importância das populações em torno de um projeto

nacional. Pode-se dizer que Sayão e Rondon partilham da condição de vultos do processo de integração do Brasil, considerando que até o final da Primeira Guerra Mundial não se falava em interiorização como ação expansionista voltada para a integração das regiões brasileiras, mas apenas como forma de afastar a sede administrativa do litoral por questões preventivas (VILLAS BÔAS; VILLAS BÔAS, 2012).

Observa-se que a questão envolvendo a integração do país esteve em pauta em ambos os eventos. No âmbito da abertura da rodovia Belém-Brasília, ligando Brasília (em projeto) à região amazônica, almejava-se liberar o escoamento da produção regional e integrar o mercado interno, enquanto que a CLTEMTA tinha, como proposta, expandir a rede de comunicação do Sudeste até as regiões limítrofes do Noroeste. Apesar de a integração estar presente na primeira etapa da telegrafia, datada de 1852, a intenção principal desta fase era vigiar o território, visando combater o tráfico negreiro, após a sua proibição pela promulgação da Lei Eusébio de Queiroz de 1850.

Com o fim do tráfico negreiro, o telégrafo perdeu seu principal mote de existência, e não foi substituído por outro. Isto porque o telégrafo não foi percebido como um efetivo instrumento de comunicação. Sua imagem foi marcada muito mais como um dispendioso experimento de física. Sem uma finalidade explícita, o telégrafo caiu no ostracismo de um serviço público sem função (SILVA, 2011, p. 51).

Chama a atenção o fato de o telégrafo confirmar-se como signo do progresso numa época em que essa tecnologia se encontrava com pelo menos quarenta anos de obsolescência (ROHTER, 2013). A princípio, a explicação para isso não é encontrada no custo entre telefonia, já presente no Brasil, e telegrafia, haja vista que tanto uma como a outra detinham despesas elevadas. De qualquer forma, a experiência com essas linhas telegráficas, obsoletas ou não, parece ter moldado o caráter de Rondon, abrandando dele a imagem do “militar” – tão cultuada no Brasil como fator predominante no panteão dos heróis da república – realçando o seu “espírito científico” (PEREIRA, 2018).

Acerca do perfil de Sayão, dois relatos chamam a atenção pela forma espontânea com que foram registrados: o do romancista luso-estadunidense John dos Passos (1889-1970) e o do escritor, membro da Academia Brasileira de Letras, Antônio Callado (1917-1997). Passos (2013), a partir do seu encontro com Sayão em Ceres/GO, no ano de 1948, destacou nele um sujeito obcecado pelo seu ofício. Segundo relata, apesar de instruído, Sayão era descomplicado quanto ao uso das palavras, proferindo-as em tom despreocupado e agradável. Impressionava ainda o seu conhecimento sobre o projeto da CANG, sua capacidade administrativa e o fato dos burocratas não terem valorizado um homem que trabalhava

incansavelmente por prazer, ao ponto de processá-lo por gerir os recursos com base nas prioridades que ele havia traçado.

Entre as acusações advindas de seus desafetos, destaca-se um desvio de verbas enviadas pelo governo federal para bancar a construção de uma ponte de alvenaria sobre o Rio das Almas. Julgando ser uma prioridade, Sayão teria empregado tal verba na abertura de uma estrada, priorizando o escoamento da produção da colônia. Assim, a travessia do rio, dando acesso ao que seria, na época, a cidade de Rialma/GO, permaneceu sendo feita através de uma ponte flutuante improvisada com tambores de combustível atados uns aos outros (PASSOS, 2013).

Essa atitude de Sayão, em relação aos poderes superiores, não se encontra deslocada da imagem do herói moderno, a qual não o isenta da possibilidade de transgredir as normas sociais em favor de ideais que só se realizariam no futuro, atributo que se vincula à noção de progresso, tão cara à modernidade (SCHMIDT, 2012). Desse ponto de vista, o suposto “desvio de verbas” enquadra-se nesse tipo de transgressão, a qual teria custado o cargo de Sayão, interrompendo, deste modo, o projeto da CANG.

Figura 9 - Bernardo Sayão em suas diferentes facetas (fotos numeradas por autor desconhecido)



Fonte: Domínio público

Neste momento, faremos breve menção ao significado de cada uma das fotos acima apresentadas. Nas fotos 1 e 2 podemos ver Bernardo Sayão em sua vida privada, aproveitando para exercitar-se e divertir junto com amigos banhando e remando em um rio. A foto 3 revela uma recepção pública a Bernardo Sayão. Nas fotos 4 e 5 vemos Bernardo Sayão acompanhado

de diversas figuras políticas importantes, entre elas: Juscelino Kubistchek, o que demonstra a sua relevância no meio político. Nas fotos 6 a 10 encontramos Bernardo Sayão em seu campo de trabalho, desbravando terras e contribuindo para o desenvolvimento do interior goiano. Na foto 11 temos a imagem que marcou o encerramento da vida de Sayão: Juscelino Kubistchek, juntamente com outros homens, carregando o caixão de Bernardo Sayão em seu funeral.

Além de ressaltar a integridade de Sayão, Callado (1959) destaca uma dualidade em torno de sua imagem, na qual, ao mesmo tempo em que era adorado na colônia, era igualmente execrado na capital. Destacou entre os seus atributos o espírito “conciliador”, em ocasiões de conflitos conjugais; o “conselheiro justo” e, o mais emblemático deles, o “sujeito desapegado”, o qual poderia ter erguido um império para si, no entanto preferiu se realizar exercendo o ofício que mais gostava, morrendo pobre sem deixar herança aos filhos (CALLADO, 1959).

Por outro lado, Rohter (2019), que via no Marechal Rondon o maior explorador dos trópicos de toda a história, destacou neste o perfil descontraído e o paternalismo em relação aos indígenas, institucionalizado no Serviço de Proteção aos Índios (SPI), contra a investida de fazendeiros, garimpeiros, madeireiros e seringueiros que cobiçavam suas terras. É presumível que esse apego tenha relação com sua ascendência vinda dos povos guainá, terena e bororo (PEREIRA, 2018).

No que tange à aventura, o Marechal Rondon esteve exposto às mais atribuladas condições nosológicas, ou seja, às diversas epidemias, além de ter, por inúmeras vezes, se lançado à subida pelos traiçoeiros rios Madeira e rio da Dúvida. Em contrapartida, a navegação não constava no itinerário de Sayão.

Nesse ambiente, as figuras mais destacadas haviam sido o cabo Thomaz de Souza Villa Real, no final do século XVIII, e a do General José Vieira de Couto Magalhães, presidente da Província de Goiás por entre os anos de 1863 e 1864. Nos tempos de Sayão, o antigo projeto de navegação pelos rios Tocantins e Araguaia já não ocupava o interesse das autoridades, ao passo que se dissipava do imaginário coletivo. Porém, mesmo isento da aventura náutica, não é cabível afirmar que o desbravamento, por via terrestre, tenha sido menos arriscado do que foram as experiências referidas, haja vista a morte de Sayão em pleno curso desse processo.

O espírito aventureiro constitui um fator imprescindível na trajetória dos grandes vultos. Em contrapartida, Miceli (1994) aponta elementos contraditórios na história daquele que é considerado o principal “herói” nacional brasileiro, a saber, Joaquim José da Silva Xavier, o “Tiradentes” (1746-1792). A princípio, tais contradições não o desqualificam em relação à sua acuidade e significado histórico, conforme revelou a sua pesquisa amostral. Todavia, abrem

caminho para situar elementos forjados em sua personalidade, como método para se preencher páginas herméticas de sua vida, sobre as quais pouco se sabe. Nesse intento, destaca-se a associação de sua imagem à de Cristo, que se observa tanto em termos estéticos como na conotação simbólica de seu sacrifício, certamente a fórmula mais decisiva em produzir efeitos subliminares de identificação coletiva no Brasil.

Para Cainelli (2004), o uso da simbologia do Cristo, em um país caracterizado pela profunda religiosidade de seu povo, faz com que a distância temporal, entre esse povo e o vulto aludido, seja encurtada, ofuscando os elementos contraditórios de sua vida e facilitando a projeção de sua figura heroica. Não obstante, Carvalho (1990) chama a atenção para o fator geográfico que pode ter sido decisivo para o triunfo de Tiradentes como herói nacional, haja vista que São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais haviam sido as três capitanias pelas quais ele havia lutado pela independência.

Não menos sedutora é a imagem do bandeirante, frequentemente associada à figura de Sayão. Tal associação emana de uma atmosfera bucólica, na qual as bandeiras aparecem como atores sociais na edificação das bases para uma experiência pioneira, efetivamente democrática e multirracial sobre regiões “desconhecidas” do Brasil. Ricardo (1970) aborda a ação das bandeiras dentro de um único paradigma que ele denominou de “Marcha Para o Oeste”, como projeto original de nação, sem interferência externa. Nessa formulação pitoresca, o bandeirante é imbuído da responsabilidade de liderar e guiar o povo rumo ao que seriam as bases para uma democracia.

Conforme Neto (2002), a imagem heroica do bandeirante esteve arraigada, como paradigma, no imaginário do Brasil ao longo de quase toda sua história. Assim, é provável que essa imagem tenha sido revisitada para uso político, distendida da “Marcha Para o Oeste” de Vargas ao “Plano de Metas” de JK. Não obstante, os aspectos negativos de seu perfil, tais como a violência contra os indígenas ou a negligência em relação aos recursos naturais, podem facilmente ser apagados da memória coletiva em virtude da personificação dos ideais de progresso, como valores e qualidades coletivas de um grupo restrito (SCHMIDT, 2012).

Kubistchek (2000), influenciado pela obra do escritor Clodomir Viana Moog (1906-1988) “Bandeirantes e Pioneiros: paralelo entre duas culturas”, de 1954, havia sido o primeiro a atribuir a alcunha ao engenheiro. Em sua opinião, a inquietude teria sido a “característica bandeirante” mais evidente em Sayão. Em contrapartida, Passos (2013), em nenhum instante recorre à alcunha para se referir a Sayão. Considerando que o seu relato se deu a partir de sua visita a Sayão em 1948, e com base na afirmação de Kubistchek (2000) de que a nova capital seria o fator a desencadear novo ciclo bandeirante, presume-se que o termo estaria associado à

Belém-Brasília propriamente dita.

Por outro lado, cogita-se que a CANG teria provocado uma insatisfação nos fazendeiros da região, ratificada pelos inúmeros envios de comissões de inquérito a Ceres/GO, a fim de importunar Sayão (PASSOS, 2013). Em contrapartida, esse ambiente não se verifica na segunda etapa de sua trajetória, inaugurada a partir de seu caloroso retorno a Goiás, como candidato favorito a vice-governador nas eleições de 1954, e consagrada pela sua atuação frente ao projeto da Belém-Brasília.

Para narrar o seu desaparecimento, seis versões, diferentes em pequenos detalhes, foram consultadas. Contudo, todas elas situam o evento na manhã do dia 15 de janeiro de 1959, quando, acomodado a uma rede (em pé; dentro um jipe; sentado a uma mesa tosca) e tendo sobre o seu colo um mapa, a orientar os trabalhadores nas tarefas traçadas, o então chefe da Novacap se viu atingido por uma árvore (ou um galho) de aproximadamente 40 metros que tombara sobre a barraca em que se encontrava. O incidente, ocorrido de modo repentino, sem qualquer chance de escape, lhe causou fraturas expostas em várias partes do corpo. Imobilizado por lençóis, pelos próprios trabalhadores, Sayão foi conduzido, como em “procissão”, por cerca de 40 quilômetros pela mata, do trecho entre Imperatriz/MA e Guamá/MA, sendo resgatado de helicóptero por volta das 16h00 e levado ao hospital municipal de Açailândia/MA, onde falecera às 19h30.

Reconhecido como herói nacional do processo de modernização do Brasil desde 2019, pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), Bernardo Sayão antecipou esse predicado a partir do instante em que o seu entusiasmo em contribuir com a construção da nação tornou-se o um ideal. Apesar disso, a forma trágica como se deu a sua morte, isto é, em pleno cumprimento de sua missão, revelou-se categórica para o triunfo de sua imagem mítico-heroica, suplantando quaisquer aspectos obscuros ou questionáveis que se levantassem contra sua pessoa.

O processo de abertura de estradas iniciava-se pela derrubada de árvores. Logo, não foi difícil construir a retórica da vingança da natureza, como se o “Curupira” tivesse cobrado por suas perdas. De acordo com Arruda (2000), residia, durante esse período, um misticismo em torno do sertão, como lugar ermo, coberto por matas sombrias que ocultavam profundos mistérios, todavia, rico em recursos, esperando a interferência do homem civilizado para despertá-lo do sono em que se achava.

Em contrapartida, a natureza, tida como “obstáculo” ao progresso, em uma época em que a preservação ambiental não ocupava a agenda política do país, comportaria a cena do “bandeirante” tombado pela mata. Conforme o discurso lutuoso do presidente JK, “pode-se

dizer que Bernardo Sayão ofertou de sua própria vida ao seu ideal”. Mesmo não tendo sido registrada em fotografia, tal imagem congelar-se-ia no imaginário coletivo, permitindo uma infinidade de versões, como aquela em que o herói derrubara o mais difícil dos obstáculos encontrados ao longo de sua jornada, como um rei morto em batalha. No esforço para abrandar a carga negativa da trama, tal retórica elucida a imagem do corpo abatido ao chão, contrastando-se com a gigantesca árvore que, também abatida, cedia passagem para que as tropas, que o escoltava, desse seguimento à sua marcha humanitária.

Diante de tudo que foi exposto, o Memorial Bernardo Sayão, conta com peças históricas do fundador de Ceres, Bernardo Sayão, além de exposição da História da Colônia Agrícola (CANG), apresentadas pelo Sr. José Ferreira da Silva (Zé Buruti), no museu há um grande acervo de Bernardo Sayão, são peças que relembram a História desde que fundou a cidade de Ceres, o empresário José Buriti é o grande precursor deste museu que hoje é uma realidade e também um ponto turístico.

Com o objetivo de manter viva a história de Ceres, preservando e valorizando aquele que contribuiu para que a cidade se tornasse uma referência em saúde e educação, foi criado o museu Bernardo Sayão, o primeiro museu da região do Vale São Patrício.

Contando com mais de duas mil peças e itens da época da Colônia Agrícola Nacional de Goiás (CANG), o museu é uma história viva daquele período, que fez de Ceres uma das principais cidades do país, cujo objetivo era dar suporte para o desbravamento do oeste brasileiro. Bernardo Sayão é considerado o Bandeirante do século 20 e modernizou toda a região do Vale São Patrício até a Região Norte do País, abrindo estradas e construindo pontes, fazendo a ligação com o resto do Brasil.

Fundador de Ceres, Bernardo Sayão deixou um grande acervo na cidade que foi se perdendo ao longo do tempo. Com muito trabalho e empenho, o empresário Zé Buriti conseguiu reunir boa parte desse acervo, que conta com caminhões, máquinas, ferramentas, utensílios domésticos e armas, além de muitos outros objetos. Em seu discurso, Inês Brito lembrou que a criação do museu era um de seus compromissos, a exemplo da realização da Semana Bernardo Sayão, um evento que homenageou o fundador de Ceres.

O museu está localizado na própria casa onde Bernardo Sayão morou, dando a oportunidade para visitantes presenciar como era a vida naquela época. Localizada no alto de um morro, a casa tem uma vista privilegiada para o rio das Almas e por toda a cidade. Ali, se encontra também um engenho, um monjolo e uma máquina para esticar cabos de aço, usado na construção de pontes e outras peças datadas do início do século 20.

3 PROPOSTA DE PRODUTO

A observação, a seleção, valorização, a exposição e a guarda de objetos, é o que distingue as sociedades humanas há milênios. E as ações de colecionismo proporcionaram o surgimento dos museus (WICHERS, 2011). As instituições museológicas não são lugares sem vida, como também não são almoxarifados de referências patrimoniais, têm compromissos e responsabilidades éticas no contexto dos processos sócio-político-culturais, bem como na preservação e educação dos sentidos e significados. A existência de uma pedagogia museológica, direcionada para a educação da memória a partir de referências patrimoniais (BRUNO, 2020).

Na concepção de Wichers (2011), o conceito de Pedagogia Museológica está vinculado à ideia do estudo da relação entre homem e sua realidade, sendo essa uma das possibilidades de compreendermos o objeto de estudo da Museologia. Área de conhecimento que tem como referência a preocupação de preservar a lucidez dos olhares perceptivos, se apropriando de referências culturais, coleções e acervos, constituindo entidades museológicas. Todavia, apresenta "a intenção de possibilitar a reversibilidade destes olhares, de permitir novos arranjos patrimoniais e novas apropriações culturais e, sobretudo, desvelar novas faces do patrimônio" (BRUNO, 2020, p. 164).

A esse respeito, Bruno (2020) aponta para essa pedagogia direcionada para a educação da memória a partir das referências patrimoniais em que busca amparar do ponto de vista técnico os procedimentos museológicos, e também ampliar as perspectivas de acessibilidade e problematizar as noções de pertencimento. Do mesmo modo, cria caminhos que passem por experimentações, especialmente, mediando análises críticas sobre a função social dos museus na atualidade.

A dimensão experimental a partir de sistemas de memórias estabelece e qualifica as ligações cognitivas e afetivas entre as referências patrimoniais e os diferentes segmentos da sociedade. O que proporciona abertura de ações/caminhos para a constituição das noções de pertencimento dos indivíduos e nos grupos sociais.

Para alguns pesquisadores, as exposições representam os museus. Entretanto, as exposições podem ser criadas e apresentadas de muitos modos e sob inúmeros formatos, não sendo necessária a utilização só de espaços fechados, visto que existem várias possibilidades, até porque "a criatividade não cansa de acontecer" (IBRAM, 2017, p.8). No entanto, não pode ser criada de qualquer modo, uma exposição precisa ter uma intencionalidade, ou seja, prima por fazer escolhas conscientes que direcionam o trabalho ao resultado que se busca.

Logo, é imprescindível saber o que se quer dizer, para quem quer dizer, para então desenvolver de modo mais adequado e possível para dizê-lo. Até porque uma exposição nunca deverá induzir o visitante ao erro ou reproduzir informações sem a certeza da sua veracidade (IBRAM, 2017).

O que remete tanto à função básica dos museus e também ao exercício prático da museologia sintetizado por Bruno (1996), ou seja, a função básica de um museu é a preservação, e a partir desta função estão subordinadas todas as outras: como coleta e estudo dos objetos e/ou espécimes da natureza; salvaguarda das coleções e/ou referências patrimoniais (conservação e documentação); e comunicação (exposição, educação e ação sociocultural).

Logo, a partir do desempenho em conjunto de todas estas estratégias preservacionistas devem/estão ligadas ao exercício da disciplina museológica (BRUNO, 1996).

Por essa razão, a organização de uma cartilha possibilita documentar o repertório que constitui o patrimônio da comunidade, do local em que estão inseridos e daqueles que fizeram e fazem parte dele. E nesse contexto as exposições tornam-se os principais meios de comunicação dos museus com os seus públicos. Repercutindo o modo de pensar e agir de uma comunidade, reconhecendo que a comunicação se dá em via de mão dupla, em que as exposições devem mobilizar e induzir a cognição, as emoções e os sentidos dos visitantes. Ambos refletem e convergem a historicidade local.

3.1 Formato definido do produto

Seguindo as regulamentações legais, mestrados na Área de Ensino, ao desenvolver a proposta de pesquisa necessitam gerar produtos educacionais para uso em escolas públicas do país, entre outros derivados do relato descritivo e analítico dessa experiência (MOREIRA, 2004). Uma das características desse tipo de formação é aproximar os professores dos seus próprios locais de atuação profissional.

Os produtos desta pesquisa advêm de uma intervenção de gestão e educação em parte do acervo que compõe o Memorial Bernardo Sayão: I. Uma cartilha sobre o Memorial Bernardo Sayão; II. Organização de exposição temporária no Memorial Bernardo Sayão para os visitantes.

Assim, fez-se necessário uma intervenção de gestão no acervo, para que fosse proposta uma exposição no Memorial Bernardo Sayão em Ceres/GO. A primeira etapa configurou-se no levantamento de dados para a cartilha, construindo assim, um registro de natureza documental, que foi utilizado para coletar informações mínimas sobre a coleção e/ou

acervo. Para a formação estruturante da cartilha, além do estudo já realizado da documentação do memorial, desde a sua criação.

Trata-se de um instrumento de planejamento que tem como objetivo analisar e organizar as informações relativas aos acervos museológicos/memoriais, identificando as necessidades do memorial em relação às suas coleções. A relevância da catalogação está centrada na identificação dos objetos que são salvaguardados pelo memorial, resultando numa análise da sua situação atual e dos seus respectivos problemas encontrados. (BOTTALLO, 2010).

Documentos, jornais, livros, móveis, utensílios, fotografias, peças de arte e decoração, juntas, formam parte dos bens materiais do acervo cultural do memorial.

O processo para a criação da exposição "Memorial Bernardo Sayão em Ceres-GO – uma Exposição Colaborativa" segue o caráter dialógico e coletivo, dessa forma, passa acontecer com os visitantes do Memorial Bernardo Sayão juntamente com a equipe que compõe o museu:

[...] às questões de como uma sociedade enfrenta e estabelece um diálogo com seus traços culturais - mesmo os museus sendo universais e, sobretudo, à compreensão da vocação educacional de todas as tarefas museais. Trata-se, portanto, da imposição e estabelecimento de critérios de gerenciamento da informação contida no universo de intervenção museal (BRUNO, 1996, p.20).

Basicamente a ideia/conceito da Museologia para autora acima é a preservação. E muitas são as suas definições e datas, porém, sempre estão relacionadas à sobrevivência dos grupos humanos, seja pela identidade cultural do grupo, ou pela integridade dos seres vivos.

Desse modo, quando se reflete a respeito de uma atividade de preservação, outras ideias como os atos de selecionar, guardar, manter (ou repetir) e transmitir, são também analisadas (BRUNO, 1996).

Para criar a proposta de exposição torna-se necessário traçar estratégias para que os objetos que são considerados patrimônio pela coletividade (visitantes e a equipe do memorial) não se perca e seja preservado. No caso, o processo de construção da narrativa expositiva parte da seleção dos objetos feita pelos visitantes, ou seja, da escolha feita por eles entre aquilo que será preservado e o que não fará parte desse processo. Com isso acaba por efetivar o papel de administração da memória de Bernardo Sayão. Que é, portanto, uma ação seletiva na qual é necessário estar atento ao que é selecionado, porque, pode ser que seja preservada apenas uma memória preponderante, ou ao invés disso servir como uma fonte de discussão e da memória mas também da identidade (BRUNO, 1966).

Os processos de musealização são eixos importantes na construção de

conhecimento, uma vez que contribuem, por um lado, para a seleção, triagem, organização e conservação da documentalidade, testemunhalidade e autenticidade impressas nos objetos. Por outro lado, promove a construção de novos valores e significados, por meio da elaboração de exposições e ação educativo-cultural (BRUNO, 1996).

A exposição, em um amplo sentido, é uma apresentação organizada e com a exibição de seleção de itens. Na prática, as exposições geralmente ocorrem em um ambiente cultural ou educacional, neste caso, o Museu Casa da Cultura. De acordo com a última definição do Conselho Internacional de Museus (ICOM), o museu “adquire, conserva, estuda, expõe e transmite o patrimônio material e imaterial da humanidade”.

Partindo dessa perspectiva, uma exposição museológica é a organização de conteúdos, de objetos, que pode ou não ser um ambiente específico do museu, a partir da composição de uma narrativa ou temática, de forma a atender a uma das funções da instituição museológica, a própria comunicação. As exposições conseguem assumir várias dimensões e inúmeros formatos, a depender da natureza da instituição, do porte, dos objetivos e da natureza de seus acervos e narrativas (FRANCO, 2018). Tais elementos determinam a escolha do discurso expositivo, dos objetos a serem expostos (IBRAM, 2017).

Hoje o acervo do Memorial Bernardo Sayão, se encontra com uma rica variedade. Porém, não há uma lógica e/ou sequência didática e pedagógica, atrapalhando e dificultando uma narrativa histórica do memorial em relação ao seu acervo com a história da casa, da cidade e da comunidade.

3.2 Público alvo do produto

No que se referem ao público-alvo deste produto, as exposições serão destinadas à comunidade em geral e principalmente, à escolar, a fim de despertar e provocar o interesse pela preservação do patrimônio cultural local e democratizar o acesso para todas as pessoas, para se aproximarem da história e da cultura presentes no desenvolvimento geral da humanidade.

A escolha por envolver o público o qual frequenta o memorial – e ser destinado principalmente para este, se deve ao fato de os memoriais necessitarem de uma cartilha que os auxiliem na didática, no ensino-aprendizagem. Nesse sentido, os memoriais são espaços privilegiados para o ensino de História, em que o docente elabora, sistematicamente, o trabalho de compreensão da linguagem própria dos espaços memoriais e sua relação com o conteúdo já estudado, resultando assim, na fruição pedagógica desejada da exposição.

A comunicação da exposição com a comunidade em geral tem como papel

fundamental a construção dialógica entre os indivíduos e a sua própria história, bem como seus saberes e fazeres. A importância da visita dos moradores para este memorial, mais especificamente ao produto, que são as exposições, permite o diálogo e a interação da comunidade com a instituição memorial.

Preservar a história, o patrimônio cultural e a memória do ser humano de épocas passadas, sempre foi um grande desafio. Nesse contexto, as instituições memoriais exercem um papel e significado importante e relevante. E por meio das exposições, permite-se que o público estabeleça uma conexão entre passado, presente e futuro, possibilitando ainda que esse conhecimento seja transmitido para as futuras gerações.

3.3 O impacto esperado

O impacto da proposta da exposição trará múltiplos benefícios para o memorial e sua comunidade a qual ele pertence e o que o visita. A ideia é atualizar as ações do memorial ao utilizar o acervo e os recursos materiais já disponíveis na instituição, bem como buscar incentivar mais parcerias para o memorial sob novas iniciativas, para fazer desse espaço de memória um espaço de ações educativas mais dialógicas. Vistos assim, como benefícios que auxiliarão na interpretação e na comunicação do acervo com o memorial que o abriga.

Para o Memorial Bernardo Sayão, a ação possibilitará a atualização das informações patrimoniais que são pertencentes a este memorial, através do catálogo e dos conhecimentos levantados durante a catalogação para a conservação deste acervo em específico.

Para o trabalho da guia/secretária executiva da instituição, o trabalho servirá para facilitar a orientação que terá para a visita, contando a narrativa histórica dos objetos e a ligação que eles possuem com a casa, a localidade na qual está inserida e na construção da identidade da comunidade da cidade de Ceres/GO.

Se por um lado facilitam o trabalho e a interpretação durante as visitas guiadas, às exposições também beneficiarão o público em geral, aumentando a visibilidade da cultura histórica de Ceres e a compreensão na valorização do patrimônio cultural local. Despertando o interesse pela visita, principalmente daqueles que ainda não conhecem o Memorial Bernardo Sayão, levando-os a visitá-lo e assim conhecê-lo. Ao mesmo tempo em que é uma ótima oportunidade para aqueles quem já o visitou, retornando, para conhecer “novas exposições” e ações educativas.

4 PROPOSTA DE APLICAÇÃO NO ESPAÇO DO MEMORIAL BERNARDO SAYÃO

Os produtos são caracterizados como ferramentas pedagógicas que comportam conhecimentos organizados objetivando viabilizar a prática pedagógica, são também elementos produtores de saberes, tanto para quem os produz quanto para aqueles em que são destinados (MOREIRA, 2004).

Com isso, considere uma reflexão importante, os produtos educacionais não podem ser considerados fórmulas mágicas, isto porque, foram desenvolvidos para atender necessidades específicas do público para os quais foi/serão desenvolvidos (SOUSA, 2015).

No item anterior foi apresentada a proposta dos dois produtos finais: a cartilha do Memorial Bernardo Sayão e a exposição colaborativa temporária. Portanto, foi destacado o público-alvo (visitantes do memorial) e o impacto esperado no memorial e na comunidade local.

Neste item, é feita a descrição dos processos de uso dos produtos, sistematizando-o para que possa ser utilizado por outros profissionais envolvidos com a educação patrimonial. E do mesmo modo, são abordadas as propostas de aplicação, que possam de modo mais ou menos imediato, impactar a comunidade de Ceres-GO.

4.1 Manual: instruções de uso dos produtos e proposta de aplicação

O manual de utilização dos produtos, antes de tudo tem o objetivo de contribuir com contextos específicos, tornando as aprendizagens e o ensino mais significativos (MOREIRA, 2004). Dos produtos educacionais enquanto, o inventário de acervo e a proposta de exposição colaborativa temporária, o primeiro trata-se do documento relativo à política de aquisição, proteção e utilização de acervos. No qual é detalhado os objetos que foram catalogados, preservados ou expostos no Memorial Bernardo Sayão.

O segundo é uma proposta para integrar temporariamente a narrativa do memorial da instituição. Contudo, devem ser utilizados integrando os dois ambientes educacionais – formal e informal - colocando os visitantes do memorial no centro do processo construtivo da exposição, incentivando sua participação, reflexão crítica e agente na transformação da realidade social, com a colaboração do professor e administradores do Museu.

4.2 Proposta de aplicação na comunidade participante

Para os objetos relacionados é descrito sua função ou uso; estado de conservação;

localização dentro do museu; significado social e econômico para o município; curiosidade ou descoberta durante a pesquisa.

Nos dois cômodos escolhidos para expor as peças que representam os ofícios locais, a proposta é dispor em sequência temporal. A narrativa sugere que ao caminhar pelos cômodos, a organização de forma temporal, permite despertar no público visitante o contraste por comparação na evolução, aperfeiçoamento, ou até extinção dos ofícios e objetos ligados aos mesmos, ao longo do tempo. E para alcançar seus objetivos, textos e desenhos representativos serão colocados junto às peças para despertar a imaginação e a identificação dos alunos com os objetos da narrativa.

Para minimizar os riscos de acidentes, é recomendável que o local de colocação dos objetos na sala de exposição esteja devidamente sinalizado de acordo com o projeto expográfico.

4.3 Devolutiva para a comunidade

A devolutiva para a comunidade é o momento em que é consumada a exposição temporária "Memorial Bernardo Sayão em Ceres-GO – uma Exposição Colaborativa", prevista para ser realizada em Abril de 2024, com dia e horário a definir, e aberta ao público. Espera receber os visitantes da comunidade de todas as idades, com a expectativa de um público maior e vindo das escolas das redes privada, municipal e estadual de ensino.

A interação com o público será por meio de monitoria e guia. Terá uma pessoa, de forma escalonada, responsável por acompanhar os visitantes, parando em cada seção, e apresentando a história do ofício e os objetos que foram selecionados para compor este cunho histórico. Poderá ser dialogada também, onde o condutor/guia/monitor abordará questionamentos norteadores ligados aos ofícios em estudo na exposição.

A exposição é aberta ao público, com tempo de duração a ser definida pelo coordenador do projeto, com a expectativa de receber visitantes da comunidade e alunos das redes privada, municipal e estadual de ensino. É importante convidar o público a refletir sobre as temáticas que envolvem o patrimônio cultural, os legados deixados por todos aqueles que vieram antes de nós, seus saberes e fazeres, por mais que possam parecer esquecidos, pertencem ao patrimônio que nos afetam, sejam eles coletivos ou individuais. Para promover uma atitude ativa dos espectadores e provocar os visitantes a participar da exposição.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento de uma exposição temporária não só colabora na gestão do acervo, mas depende de uma boa gestão deste. A documentação do memorial dos objetos é responsável por dar outra dimensão de significados, onde deixa de ser um simples utensílio, comum no contexto diário, para se tornar um testemunho imbricado de simbologias, narrativas e valor histórico.

A ideia de uma exposição temporária colaborativa visa não apenas entender o memorial como o responsável por oferecer um produto. Mas de ser também ser um local de conhecimento e de ações educativas, construção de identidades, inclusão e de valorização da diversidade cultural. Ao seguir o viés da colaboração tem como finalidade incentivar o diálogo do memorial com outros grupos sociais e eixos históricos, que não só das elites sociais ou políticas, mas como agentes de renovação social na relação entre o território, a comunidade e seu patrimônio.

Dito isso, a proposta da exposição temporária colaborativa dá não só a oportunidade de conhecer os procedimentos envolvidos na construção de uma narrativa museológica, mas permite criar uma, de comum acordo, entre os demais colaboradores. Não só selecionando objetos, mas também apontando os significados de existir, seus testemunhos históricos e relações com a comunidade. Portanto, no contexto colaborativo memorial-sociedade-escola, os colaboradores serão os alunos, professores e equipe do memorial, sendo que os primeiros estão no centro do processo de criação. Os demais serão os mediadores deste processo.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Regina e CHAGAS Mário. Memória e Patrimônio – Ensaio Contemporâneo. Rio de Janeiro: DP & A, 2003. In SANT’ANNA, Márcia. A Face Imaterial do Patrimônio Cultural. Rio de Janeiro: DP & A. 2013, p. 51.
- ARRUDA, Gilmar. Cidades e Sertões: entre a história e a memória. Bauru: EDUSC, 2000.
- ASSIS, Wilson Rocha Fernandes. Estudos de História de Goiás. Goiânia: Palavrear Livros, 2018.
- BARROS, José D’Assunção. Teoria da História: os primeiros paradigmas: positivismo e historicismo. Vol. II. Petrópolis-RJ, Vozes, 2011.
- BENJAMIN, Walter. Charles Baudelaire um lírico no auge do capitalismo. Tradução: José Martins Barbosa, Hemerson Alves Baptista. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1989.
- BENJAMIN, Walter. Rua de mão única. Tradução: Rubens Rodrigues Torres Filho, José Carlos Martins Barbosa. São Paulo, Ed. Brasiliense, 2000.
- BLOCH, Marc. Apologia da História: ou o ofício de historiador. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.
- BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína(Orgs.). Usos e Abusos da História Oral. 8. Ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006, p.183-191.
- BRASIL. Constituição (1988) Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado, 1988.
- BURCK, Pitter. História Cultural. Editora EDUSC, São Paulo, 2008.
- BURKE, Peter (org.) A Escrita da História: novas perspectivas. São Paulo: Editora UNESP, 1992.
- CAINELLI Marlene. A construção dos heróis e a memória nacional entre os não letrados. História& Ensino, Londrina, v. 10, p. 5-19, Out. 2004.
- CALLADO, Antônio. Bernardo Sayão: vida e morte do bandeirante. Revista Visão, São Paulo, fev.1959, p. 20-23.
- CALVINO, Ítalo. As cidades invisíveis. Tradução: Diogo Mainardi. São Paulo, Companhia das Letras, 1990.
- CALVINO, Ítalo. Seis propostas para o próximo milênio. Tradução: Ivo Barroso. São Paulo, Companhia das Letras, 1990.
- CAMPOS, Luciano Rodrigues. Ceres: olhares sobre sua trajetória – contexto histórico e atualidade: da Colônia Agrícola Nacional de Goiás ao momento presente. Goiânia, Ed. Kelps, 2011.

CARCARÁ, Thiago Anastácio et al. Proteção do patrimônio cultural: o tombamento e seu entorno. 2012. Disponível em www.direitosculturais.com.br/download.php?id=120. Acesso em 20 de jan. 2022.

CARDOSO, Ciro Flamarion Santana. Uma Introdução à História. São Paulo: Brasiliense, 1981.

CARDOSO, Ciro Flamarion Santana; BRIGNOLI, Héctor Pérez. Os Métodos da História. Rio de Janeiro: Edições Gruel, 1983.

CARVALHO, José Murilo de. A Formação das Almas: o imaginário da República no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CERTEAU, Michel de. A Escrita da História. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CHAVEIRO, Eguimar Felício. Uma interpretação do cerrado pela geopolítica – para uma agenda de pesquisa. Goiânia, 2013.

CHARTIER, Roger. A história cultural: entre práticas e representações. Lisboa: Difel, 1990.

CUNHA FILHO, F. H. Impactos da Constituição Federal de 1998 sobre o tombamento de bens do patrimônio cultural brasileiro. Salvador, mai. de 2011. IV Enecult. Disponível em: <<http://www.cult.ufba.br/enecult2008/14209-02.pdf>>. Acesso em 12 de jan. 2022.

DAYRELL, E. G. Colônia Agrícola Nacional de Goiás: análise de uma política de colonização. Dissertação de Mestrado (Instituto de Ciências Humanas e Letras da UFG). Goiânia: Universidade Federal de Goiás, 1974.

DIAS, Maria Odila Leite da Silva. A Interiorização do Brasil: Colonização e Fronteira Agrícola. São Paulo: Editora Hucitec, 2000.

DURÃO, José de Santa Rita. Caramuru: poema épico do descobrimento da Bahia. São Paulo: Martin Claret, 2003.

FAISSOL, S. O “Mato Grosso de Goiás”. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; Conselho Nacional de Geografia, 1952.

FREIRE, Isa Maria. Acesso à informação e identidade cultural: entre o global e o local. Ci. Inf., Brasília, v. 35, n. 2, p. 58 – 67, Aug. 2006 . Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-19652006000200007&. Acesso em: 21 de jan. 2022.

FREIRE, Noé Sandes Freire. A invenção da nação: entre a Monarquia e a República. Goiânia, Editora da UFG e Agepel, 2000.

FREYRE, Gilberto. Casa-Grande e Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. São Paulo, Global, 2006.

FUZZI, Ludmila Pena. O que é pesquisa de campo. 2010. Disponível em

<http://profludfuzzimetodologit.com.br/2010o-que-campo.html>. Acesso em 21 de jan. 2022.

GANDELMAN, Silvia Regina Dain. Acervos culturais e acesso ao público – questões jurídicas. Rio de Janeiro: FGV, 2006, p. 32.

GHIRARDELLO, Nilson. À Beira da Linha: formações urbanas da Noroeste Paulista. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

GOMES, Pastor Valdivino. História - Assembleia de Deus em Ceres. 2012. Disponível em: <<http://pastorvaldivino2010.blogspot.com.br/p/historia.html>>. Acesso em: 21 de jan. 2022.

GONÇALVES, José Manoel Ferreira. História das Ferrovias do Brasil: Madeira- Mamoré. Vol. 1. Curitiba, Sendas Edições, 2018.

GONDIM, Hugo Gouthier de Oliveira. Bernardo Sayão: bandeirante moderno. Rio de Janeiro, Serviço de Documentação da Presidência da República, 1959.

GUARACY, Thales. A Conquista do Brasil: como um caçador de homens, um padre gago e um exército exterminador transformaram a terra inóspita dos primeiros viajantes no maior país da América Latina. São Paulo: Planeta, 2015.

HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. A Razão da História: uma introdução geral à filosofia da história. São Paulo: Centauro, 2001.

IBGE. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA –. Cidades. 2021. Disponível em: < <http://cidades.ibge.gov.br/xtras/home.php20/11/2021>>. Acesso em: 20 jan. 2022.

JORNAL POPULACIONAL. Na manhã desta sexta foi Inaugurado em Ceres, Memorial Bernardo Sayão. 2016. <https://www.jornalpopulacional.com.br/noticia/4873-na-manha-desta-sexta-foi-inaugurado-em-ceres-memorial-bernardo-sayao.html>. Acesso em 20 de jan. 2022.

KUBITSCHKE, Juscelino. Por Que Construí Brasília. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 2000.

LE GOFF, Jacques. História e memória. Tradução Bernardo Leitão et al, Campinas, SP Editora da UNICAMP, 1990.

MARCONI, Maria A; LAKATOS, Eva Maria. Fundamentos de Metodologia Científica. São Paulo: Atlas, 2007.

MARQUES, J. S. Bernardo Sayão — o último pioneiro. Universidade Federal de Goiás, 2009. <https://www.ueg.br/noticia/37604>

MARX, Karl. O 18 Brumário de Luís Bonaparte. São Paulo: Boitempo, 2011.

MATIAS, Lindon Fonseca. Valorização do patrimônio. In: Geografia, turismo e patrimônio cultural. 2010.p. 94.

MAXWELL, Kenneth R. A Devassa da Devassa: a Inconfidência Mineira, Brasil/Portugal,

1750-1808. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

MICELI, Paulo. O Mito do Herói Nacional. São Paulo: Contexto, 1994.

OLIVEIRA, Jorge, Vítor. Arqueologia, Patrimônio e Cultura. Editora: Instituto Piaget, 2014.

MORAES, Antônio Carlos Robert. Território e História no Brasil. São Paulo: Annablume, 2008.

MOTTA, Márcia Maria Menendes. História, Memória e Tempo Presente. In: CARDOSO, Ciro Flamarion Santana. VAINFAS, Ronaldo. (org). Novos Domínios da História: Rio de Janeiro: Elsevier, 2012, p. 21-36.

NETO, Manuel Pacheco. Palmilhando o Brasil Colonial: a motricidade de bandeirantes, índios e jesuítas no século XVII. 155 f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Dourados, 2002.

NICOLESCU, Basarab. O manifesto da transdisciplinaridade. Tradução: Lúcia Pereira de Souza. São Paulo, Ed. Triom, 1999.

PASSOS, John dos. O Brasil em Movimento. São Paulo: Editora Benvirá, 2013.

PEREIRA, Robson Mendonça. O heroísmo como artefato: interfaces na narrativa autorreferente de Couto de Magalhães, Getúlio Vargas e Cândido Rondon. XXVIII Simpósio Nacional de História. Lugares dos Historiadores: Velhos e Novos Desafios, Florianópolis, 2015.

PEREIRA, Robson Mendonça. A Comissão Rondon no noroeste do Brasil e sua atuação médico- militar: trabalhadores, malária e propaganda (1907-1915). In: MAGALHÃES, Sônia Maria de. SILVA; Leicy Francisca da; MACIEL, Roseli Martins Tristão. (org.). Histórias de Doenças: percepções, conhecimentos e práticas. São Paulo: Alameda, 2018, p. 247-266.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. O Imaginário da cidade: visões literárias do urbano – Paris, Rio de Janeiro, Porto Alegre. 2. ed. Porto Alegre, Ed. Universidade/UFRGS, 2002.

POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. In: Estudos Históricos. Rio de Janeiro, vol. 5.n. 10. 1992, p. 200-212.

PORTZANPARC, Christian. A Terceira Era da Cidade. Tradução: Denio Munia Benfatti.

REIS, José Carlos. As Identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas Editora, 2003.

REIS, José Carlos. Teoria e História: tempo histórico, história do pensamento histórico ocidental e pensamento brasileiro. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas Editora, 2012.

RICARDO, Cassiano. Martim Cererê: o Brasil dos meninos, dos poetas e dos heróis. São Paulo: São Paulo Editora, 1928.

RICARDO, Cassiano. Marcha para Oeste: a influência da “Bandeira” na formação social e política do Brasil. Rio de Janeiro: Editora da Universidade de São Paulo, 1970.

- RICHARDSON, Roberto Jarry. Pesquisa social: métodos e técnicas. São Paulo: Atlas, 2000.
- ROHTER, Larry. Rondon: uma biografia. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- SAYÃO, Léa. Meu Pai, Bernardo Sayão. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1984.
- SCHMIDT, Benito Bisso. História e Biografia. In: CARDOSO, Ciro Flamarion Santana. VAINFAS, Ronaldo. (org.). Novos Domínios da História: Rio de Janeiro: Campus, 2012, p. 187-205.
- SILVA, Mauro Costa da. A Telegrafia Elétrica no Brasil Império: Ciência e Política Na Expansão da Comunicação. Revista Brasileira de História da Ciência, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 49-65, jan | jun 2011, p. 49-65,
- SILVA, Sandro Dutra e. A Experiência Urbana de Ceres: representações simbólicas do planejamento e da ocupação social do espaço. Goiânia, Revista UFG, Julho de 2009, Ano XI n. 6.
- SOUZA, Jessé. Colonização e Desenvolvimento no Cerrado Brasileiro: O Caso da CANG em Goiás. Revista Brasileira de História Regional, 2015.
- TAUNAY, Affonso de. Grandes Vultos da Independência Brasileira: Publicação Comemorativa do Primeiro Centenário da Independência Nacional. São Paulo: Companhia Melhoramentos, 1922.
- VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. Ensaio Histórico Sobre as Letras no Brasil. Rio de Janeiro, Organizações Formigão, 2020.
- VILLAS BÔAS, Orlando. VILLAS BÔAS, Cláudio. A Marcha para o Oeste: a Epopeia da Expedição Roncador-Xingu. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- VON MARTIUS, Carl Friedrich Philipp; RODRIGUES, José Honório. Como se Deve Escrever a História do Brasil. Revista Trimestral de História e Geografia ou Jornal do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Rio de Janeiro, n. 24, p. 381-403, jan. 1845.

ANEXO

Imagens do acervo do Memorial Bernardo Sayão em Ceres-GO

Imagens 1 e 2 - Instrumentos e máquina de costura dos colonos



Fonte: Domínio público

Imagens 3 e 4 - Carro de boi e piano da época de Bernardo Sayão



Fonte: Domínio público

Imagem 5 - Instrumentos, utensílios e panelas dos colonos



Fonte: Domínio público

Imagens 6 e 7 – Cadeira de barbeiro e piano da época da CANG



Fonte: Domínio público

Imagem 8 – Trator utilizado pelos trabalhadores da colônia



Fonte: Domínio público

Imagens 9 e 10 – Máquina de escrever e objetos pessoais dos colonos



Fonte: Domínio público

Imagens 11 e 12 – Carros de boi da época da CANG



Fonte: Domínio público

Imagens 13 e 14 - Tear, utensílios e mobiliários de colonos



Fonte: Domínio público

Imagens 15 e 16 – Instrumentos, motocicletas e motoneta da época da colônia



Fonte: Domínio público

Imagens 17 e 18 – Utensílios, carcaças de animais e pianos da época de Sayão



Fonte: Domínio público

Imagem 19 – Moldes para fabricação de tijolos na colônia



Fonte: Imagem do autor

Imagem 20 – Rádio e abajur da época da CANG



Fonte: Imagem do autor

Imagem 21 – Balanças antigas utilizadas pelos colonos



Fonte: Imagem do autor

Imagem 22 – Primeira máquina de lavar roupas importada trazida pelo Professor Horácio Fite



Fonte: Imagem do autor

Imagem 23 – Utensílios (bule e xícaras) de colonos



Fonte: Imagem do autor

Imagem 24 – Charrete da época de Bernardo Sayão



Fonte: Imagem do autor

Imagem 25 – Pele de cobra e ferramentas dos tropeiros



Fonte: Imagem do autor

Imagem 26 – Peça de máquina utilizada na época da CANG



Fonte: Imagem do autor

Imagem 27 – Relógios de bolso da época de Bernardo Sayão



Fonte: Imagem do autor

Imagem 28 – Tear de colonos



Fonte: Imagem do autor

Imagem 29 – Ford 48 vindo do governo Getúlio Vargas para a CANG



Fonte: Imagem do autor

Imagem 30 – Mini locomotiva



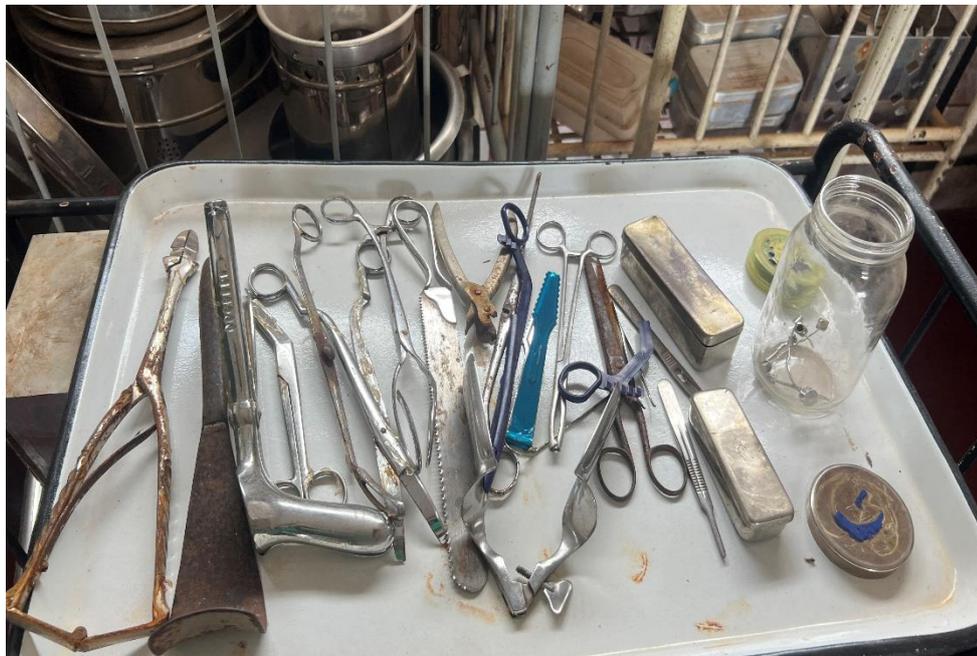
Fonte: Imagem do autor

Imagem 31 – Parte da ala do Memorial que homenageia a História de Ceres como polo da medicina



Fonte: Imagem do autor

Imagem 32 – Instrumentais cirúrgicos utilizados por pioneiros da área médica em Ceres



Fonte: Imagem do autor

Imagem 33 – Mobiliário cirúrgico de hospitais antigos da cidade de Ceres



Fonte: Imagem do autor

Imagem 34 – Incubadora de um dos primeiros hospitais de Ceres



Fonte: Imagem do autor

Imagem 35 – Carteira escolar e palmatória de antigas instituições de ensino



Fonte: Imagem do autor

Imagem 36 – Mimeógrafos de antigas escolas da cidade de Ceres



Fonte: Imagem do autor

Imagem 37 – Ferro de passar à brasa e lamparina



Fonte: Imagem do autor

Imagem 38 – Berço da época da CANG



Fonte: Imagem do autor

Imagem 39 – Espingardas de antigos moradores de Ceres



Fonte: Imagem do autor

Imagem 40 – Monjolo e bicas de aroeira do imóvel do Bernardo Sayão



Fonte: Imagem do autor